

JOSÉ VILMAR BECKER

**POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS
POR DANOS MORAIS CAUSADOS À CORPORAÇÃO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

Orientador: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

CURITIBA
2007

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiro de tudo, pela graça da vida e da saúde, e por apontar os caminhos a percorrer, auxiliando a esquadrihar os horizontes a serem deslindados.

À minha mulher, Neusa, aos meus filhos José Eduardo e Bárbara, pela motivação constante, pelo acalentado desejo de sucesso e pela compreensão das horas subtraídas do convívio familiar.

Ao Dr. Adalberto Jorge Xisto Pereira, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Paraná, Orientador de Conteúdo, pela serena condução dos rumos da pesquisa, aliada às preciosas contribuições tomadas de seu saber jurídico, fundamentais ao atingimento dos objetivos.

Ao Dr. Américo Augusto Nogueira Vieira, Professor de Metodologia do Trabalho Científico, da UFPR, mentor da moldura assumida pelo trabalho, facilitando que atingisse o formato definitivo.

Ao 1º Ten Claudionor Agibert, Acadêmico de Direito, destacado Oficial da Polícia Militar do Paraná, pela participação nas efervescentes discussões em torno de um tema realmente instigante, bem como pelo tempo disponibilizado nas pesquisas dos textos pertinentes.

Resumo da Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná e à Academia Policial Militar do Guatupê, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS POR DANOS MORAIS CAUSADOS À CORPORAÇÃO

José Vilmar Becker
Curitiba/2007

Orientador Metodológico: Professor Doutor Américo Augusto Nogueira Vieira

Orientador de Conteúdo: Juiz de Direito Dr. Adalberto Jorge Xisto Pereira.

Programa: Convênio UFPR/PMMPR (Academia Policial Militar do Guatupê)

Neste trabalho estudou-se a possibilidade e viabilidade de proposição de Ação de Indenização por danos morais sofridos pela Polícia Militar do Paraná em decorrência de atos praticados por seus integrantes, com notória e nefasta repercussão na sociedade pela divulgação pelos órgãos da imprensa falada, escrita e televisada. Analisaram-se as questões éticas, morais e deontológicas da atividade policial, passando-se à análise da responsabilidade civil e pressupostos, caracterização do dano sofrido pela Corporação e viabilidade da ação de indenização.

Palavras-Chave: Ação Indenizatória. Dano Moral. Polícia Militar do Paraná. Ato Praticado por Policial Militar.

Abstract of the Monograph presented to the Universidade Federal do Paraná and to the Academia Militar do Guatupê, as part of the requirements to obtain the title of Specialist in Strategies in Public Safety.

POSSIBILITY OF RESPONSABILIZATION OF THE MILITARY POLICE OFFICERS
FOR MORAL DAMAGE CAUSED TO THE MILITARY POLICE.

José Vilmar Becker
Curitiba/2007

Methodological Advisor: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Content Advisor: Judge Adalberto Jorge Xisto Pereira.

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) Agreement

During this Monograph it has been studied the possibility and viability of an Indemnification Action for moral damage suffered by the Military Police of Paraná caused by some police officer's act, with notorious and harmful repercussion in the society by the divulgation in the media. It has been analyzed lots of issues, such as both moral, ethical and deontological question regarding the police activity, after to the civil responsibility requirements, characterization of the damage suffered by the Military Police and viability of the Indemnification action.

Key-words: Indemnification Action; Moral Damage; Military Police of the State of Paraná; Military police officer's act.

SUMÁRIO

	P.
1. INTRODUÇÃO.....	07
2. PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS COM O TEMA.....	10
3. RESPONSABILIDADE CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS	14
4. CARACTERIZAÇÃO DO DANO SOFRIDO PELA CORPORação.....	19
5. VIABILIDADE DA AÇÃO INDENIZATÓRIA.....	29
6. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXOS.....	37
ANEXO A - Extratos de depoimentos da coluna do leitor do jornal Gazeta do Povo	37
ANEXO B - Expediente encaminhado ao Jornal Gazeta do Povo	40
ANEXO C - Expediente encaminhado ao Jornal Estado do Paraná	41
ANEXO D - Expediente encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná	42
ANEXO E - Resposta do Jornal Gazeta do Povo	44
ANEXO F - Notícia do Jornal Tribuna do Paraná	57
ANEXO G - Resposta da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná	58

CAPÍTULO 1

“Esta farda, que com honra envergamos, orgulhosos das missões consagradas, representa a paz que preservamos, nas cidades, nas matas e estradas (...)” Trecho da Canção “10 de Agosto”, Hino da Polícia Militar do Paraná, com letra do Cel. Rubens Mendes de Moraes e música do 1.º Ten. Antônio Alberto Ramos

1 INTRODUÇÃO

Preocupado com o relevante problema da criminalidade, o legislador constitucional definiu no artigo 144 da Carta Política os órgãos responsáveis pela segurança pública, atribuindo-lhes, nos níveis federal, estadual e municipal, as respectivas competências. Nesse sentido, às Polícias Militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública¹.

A execução da atividade de polícia ostensiva possibilita ao cidadão vislumbrar a presença do policial militar em qualquer lugar, o que, por si só, tem o condão de evitar e/ou minimizar o cometimento de infrações penais. Outra característica marcante, em decorrência da ação ostensiva, é a multiplicidade de meios de solicitação dos serviços policiais, englobando até o simples gesto de acenar. Sendo assim, apesar de ser órgão do Estado, a população possui uma “imagem” das polícias em separado da “imagem genérica” da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Tal imagem destacada entre polícia e entes estatais faz com que a “imagem da polícia”, em termos isolados, favoreça ou desfavoreça a colaboração da população com a mesma no sentido do cumprimento da atividade policial.

A Polícia Militar, com a finalidade de cumprir o comando constitucional, realiza ações e operações de segurança pública, implicando desde o auxílio à travessia de estudantes até o gerenciamento de crises com maior complexidade, como a extorsão mediante seqüestro e o cárcere privado.

Não obstante o rigor do processo seletivo e a formação continuamente alicerçada em valores éticos e morais, é objetivamente impossível perscrutar o mais íntimo da mente humana. Desse modo, algumas vezes é a Corporação Policial

¹ CF, Art. 144 § 5º

maculada pelas chagas da corrupção, da violência e da desonestidade, impingidas por seus integrantes.

Com o objetivo acadêmico – até porque o caso não foi definitivamente julgado – de exemplificar a assertiva supramencionada, é necessário lembrar o episódio do “Largo da Ordem”, em Curitiba-PR: milicianos estaduais, pertencentes ao 12.º Batalhão de Polícia Militar, em tese, subtraíram aparelhos de CD de veículo estacionado, sendo notícia exaustivamente disponibilizada pelas imprensas falada, escrita e televisada.

Como se não bastasse o significativo e notório desgaste sofrido pela Polícia Militar do Paraná, houve efeitos reflexos noutras Corporações, consoante demonstrou a matéria veiculada no Jornal Gazeta do Povo, n.º 28.059, de 28 de agosto de 2006: torcedores do Coritiba Foot Ball Club deslocaram-se à cidade de Florianópolis – SC, em excursão, com o intuito de acompanhar o time numa disputa marcada contra o Avaí Futebol Clube, pelo Campeonato Brasileiro da 2ª Divisão. A situação do time, à época, era excelente, pois liderava o mencionado Campeonato, razão pela qual no estádio havia mais torcedores do Coritiba do que do próprio Avaí. Com o título “Positivo e operante”, a reportagem do caderno de esportes do mencionado periódico assim referiu: “A PM catarinense também sofreu com os quase três mil coxas-brancas que invadiram Floripa. Os policiais eram obrigados a ouvir a todo instante pedidos para que devolvessem o toca-fitas, numa referência aos policiais presos no Largo da Ordem em Curitiba roubando carros”.

Entre as providências cabíveis estão a determinação de instauração de procedimento administrativo e/ou inquérito policial militar, com o objetivo de se apurar responsabilidades nas esferas penal e administrativa. Nesta seara, dependendo da gravidade do fato e da qualidade do provável autor – se oficial ou praça – pode ser instaurado o Conselho de Justificação – Lei n.º 8.115, de 25 de junho de 1985 – ou o Conselho de Disciplina – Lei n.º 6.961, de 28 de novembro de 1987 – para verificar as condições de o acusado de permanecer como integrante da Instituição.

Quanto à responsabilidade penal, o inquérito policial-militar será remetido à Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual, para, se for o caso, dar início à ação penal nas causas de sua competência, ou encaminhamento à Justiça Comum, nas situações previstas em lei (Lei n.º 9.299/96 – crimes dolosos contra a vida praticados

por policiais militares contra civis, cujo dispositivo foi constitucionalizado pela Emenda Constitucional n.º 45, de 8/12/04, que alterou o art.125, §4.º).

Poder-se-ia imaginar que, havendo responsabilizações administrativa e penal, nada mais se pode exigir. No entanto, parece lógica e evidente a existência de nexo causal entre a conduta do militar estadual e o dano moral sofrido pela Polícia Militar, fundamentado tanto pelo investimento em sua formação quanto pelo prejuízo institucional em razão do decréscimo da credibilidade perante a população. Acontece que no ordenamento jurídico brasileiro, por não reconhecer a Instituição Polícia Militar como sujeito de direito (não há esse *status* jurídico e a polícia é órgão do Estado) não permite a reparação do dano moral à figura da Corporação, salvo através de ação interposta pela Procuradoria Geral do Estado.

Assim sendo, o presente trabalho irá demonstrar, a partir das hipóteses:

- a) de que há valor objetivo e subjetivo na “imagem da Polícia Militar”;
- b) de que é fundamental a manutenção da “imagem policial” para que sua credibilidade possa amparar suas ações junto à sociedade civil, cumprindo então, com eficiência, o comando constitucional.
- c) que certas infrações cometidas por seus agentes implicam reparação não só no âmbito penal e administrativo, mas também no âmbito civil, como forma de reparar o dano moral causado à Corporação;

que as associações representativas, ou os policiais militares individualmente, possam requerer, através do Poder Judiciário, a devida reparação à imagem tão duramente construída pelos bons profissionais integrantes da Corporação, e que é, modernamente, um dos requisitos de sucesso (a imagem) para a efetividade da ação policial junto à sociedade civil.

CAPÍTULO 2

“A liberdade política de um cidadão, é essa tranqüilidade de espírito que provém da opinião que cada qual tem de sua segurança; e para que se tenha essa liberdade, é preciso que o governo seja tal, que um cidadão não possa temer outro cidadão.” (Barão de Montesquieu, De l’Esprit des Lois)

2 PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS COM O TEMA

A Polícia Militar do Estado do Paraná, que neste ano de 2007 completou 153 anos de profícua existência, executa, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. Atua de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem. Atua, ainda, de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo eventual emprego das Forças Armadas, nos termos do Decreto-lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, al. “a”, “b”, e “c”, com as modificações fornecidas pelo Decreto-lei n.º 2.010, de 12 de janeiro de 1983.

Assim, homens e mulheres, integrantes das fileiras, executam em turnos de revezamentos, as mais diversas ações, desde o patrulhamento rotineiro ostensivo, atualmente designado como Polícia Comunitária até as operações de fiscalização desencadeadas pelas Unidades Especializadas, como Polícia de Trânsito (urbano e rodoviário), Polícia Montada e Polícia Ambiental. Esperam-se deles proteção e socorro em todas as hipóteses, como no transporte de doentes mentais, de parturientes, na busca de auxílio médico e nas calamidades, como inundações, soterramentos, incêndios e epidemias. Em todas as participações, os efetivos da Polícia Militar, em sua grande maioria, atuam sob um fascínio que a profissão desperta, ou seja, prestar um serviço da melhor qualidade, em qualquer circunstância, independentemente de quem seja o tomador do serviço, do mais humilde ao mais influente cidadão da comunidade, importando apenas o gratificante sentimento do dever cumprido.

Daí por que no meio policial-militar ouve-se, a respeito da profissão, a expressão “sacerdócio” para designar o modo como os abnegados profissionais da segurança pública se desincumbem das relevantes missões, advertindo, autuando, prendendo ou apreendendo, muitas vezes premidos por sacrifícios impostos pela precariedade de recursos materiais, intempéries do clima e outras dificuldades.

Deve-se mencionar, por oportuno, a nobreza da atividade desenvolvida, pois repousa nos ombros de cada anônimo servidor a sagrada incumbência de zelar pelas vidas e patrimônio das pessoas, sempre à disposição nas 24 horas do dia, independentemente de escala de serviço, cumprindo mandamento legal relativamente à obrigatoriedade de agir, insculpido no art. 301 do Código de Processo Penal, *in verbis*: “ Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.”

O juramento, formalidade distinguida e reservada a determinadas profissões, reveste-se de especial significado, pois o novo integrante da Corporação assume, solenemente, o compromisso, perante a Bandeira Nacional e familiares, de bem cumprir as obrigações impostas, nos termos do Código da Polícia Militar (Lei n.º 1.943 de 23 de junho de 1954) *in verbis*:

Art. 49. Os elementos que se alistarem na Corporação, prestarão solenemente o seguinte compromisso: Alistando-me soldado da Polícia Militar do Estado, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, respeitar os meus superiores hierárquicos, tratar com afeto os meus companheiros de armas e com bondade os que venham a ser meus subordinados; cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes e devotar-me inteiramente ao serviço do Estado e da minha Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.

Firma-se, nesse momento, um entrelaçamento, uma relação de pertencimento entre o profissional e a instituição, que certamente irá se protrair ao longo da carreira.

Nessa esteira, aproveitando a pertinência, socorre-se novamente do Código da Polícia Militar (Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954), com a finalidade de destacar o contido no art. 102, que trata dos deveres e responsabilidades:

Art. 102: a) garantir, na esfera de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e defender o País, em caso de agressão, especialmente quando convocado, na forma estabelecida pelas leis federais e estaduais em vigor; b) exercer com dignidade e eficiência, as funções que lhes forem atribuídas; c) cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens emanadas de autoridades competentes; d) zelar pela honra e reputação da classe, observando comportamento irrepreensível na vida pública e particular, e cumprir com exatidão seus deveres para com a sociedade; h) ser obediente às ordens de seus superiores hierárquicos, mediante rigorosa observância dos regulamentos, empregando toda sua vontade e energia em benefício do serviço; i) estar preparado física, moral e intelectualmente, para o perfeito desempenho de suas funções; j) ser leal em todas as circunstâncias.

Malgrado o esforço da Corporação no sentido de propiciar condições materiais, técnicas – incluindo formação acadêmica, alicerçada em valores éticos e morais – e ambientais para o cumprimento da missão, ocorre, algumas vezes, o rompimento do compromisso anteriormente assumido, quando pratica o servidor público militar qualquer ato desabonador, que o sujeita, por conseguinte, às sanções previstas no ordenamento jurídico. Quando integrantes da Corporação, formados para cumprir e fazer cumprir a lei, agem com desvio de conduta, despertam na comunidade manifestações de desaprovação e de frustração. Desaprovação por parte das pessoas de bem – que esperam uma prestação de serviços à altura dos padrões exigidos e, portanto, condenam veementemente os comportamentos exteriorizados de pessoas encarregadas de velar pelo sossego alheio e que buscam locupletar-se ilicitamente, enveredando para o proceder criminoso. Frustração, porque um servidor público, máxime policial militar, que recebe uma gama de ensinamentos no seu período de formação, aliado ao reforço constante de conteúdos ministrados por via de instrução de manutenção, e, no entanto, discrepa desses valores e descamba para o submundo do crime, gerando manifestações de repúdio e de insegurança pela ruptura da confiança depositada, e por não saber o cidadão a quem apelar.

Esta assertiva pode ser muito bem ilustrada pelos depoimentos extraídos do Jornal Gazeta do Povo – Coluna do Leitor e a seguir transcritos (vide anexo 1).

Atos tipificados como criminosos pela legislação, portanto, inconcebíveis, salvo, por evidente, as excludentes de ilicitude, são às vezes praticados por policiais militares até mesmo em serviço, de modo que atingem seriamente a imagem da Instituição, com nítido efeito danoso. Há que se ponderar, por outro lado, um fator preponderantemente relevante que ocorre em nossos dias, que é a forma como se

constata a prestação de serviços pelo policial militar. No cumprimento das missões de policiamento ostensivo, ele carrega do lado esquerdo do peito o brasão da Polícia Militar, o que representa um fator de divulgação, por excelência, da imagem da Corporação, pela sua tangibilidade. Isso reforça a idéia de que o prestador do serviço é parte essencial do serviço, não há como desvincular.

Ultrapassadas estas considerações preliminares, relativamente aos valores deontológicos que norteiam o meio de subsistência remunerado dos entes humanos encarregados de preservar a ordem pública, adentra-se no capítulo seguinte, na análise pertinente à responsabilização civil e seus pressupostos. Não sem antes, porém, advertir que se trata de um tema tormentoso, uma vez que a Polícia Militar do Paraná não propôs até a presente data, nenhuma ação de reparação contra um militar estadual por conduta prejudicial à imagem da Instituição. Também não se tem notícia se alguma Corporação de outra Unidade Federativa, tenha tomado tal providência. Portanto, não obstante as dificuldades que se avizinham, inicia-se o instigante desafio de lançar luzes sobre um tema que enseja intensas reflexões.

CAPÍTULO 3

“Não lesar os outros, viver honestamente e dar a cada um o que lhe é de direito.” (Ulpiano)

3 RESPONSABILIDADE CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS

No capítulo anterior procurou-se destacar o trabalho desempenhado pelos profissionais de segurança pública, sob um prisma deontológico, a imagem institucional projetada para o público e suas implicações, como parte preliminar da responsabilidade civil e seus pressupostos, que ora se pretende estudar.

Num Estado Democrático de Direito, os cidadãos vivem sob a égide de normas reguladoras de convivência, os chamados regramentos sociais, de sorte que existem limites comuns a serem observados para não desrespeitar direitos alheios. Cientistas políticos costumam denominar esse proceder de “convivência dos contrários”, próprio do ambiente democrático. Em havendo a ruptura desses direitos, exteriorizada na forma de um agir em desacordo com os padrões desejados, portanto, com repercussão na ordem social, esta desarmonia pode gerar consequências no plano da responsabilidade, uma vez que poderão ser acionados os mecanismos de tutela, capazes de resgatar os danos eventualmente causados.

A análise que se faz diz respeito ao embasamento legal, cuja fonte prioritária, necessariamente, haverá de ser a Constituição da República Federativa do Brasil, *in verbis*:

Art. 5º. [...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Igualmente, o Código Civil (Lei nº. 10.406/02) assim estabelece: “Art.186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

As pessoas em geral, e os servidores públicos em particular, estão sujeitos a níveis de responsabilização por atos praticados em desconformidade com o ordenamento jurídico, níveis estes independentes relativamente entre si.

Os doutrinadores administrativistas ilustram suas obras referindo-se às esferas de responsabilizações a que estão sujeitos os servidores públicos, incluindo-se os militares. Assim, os autores GILBERTO PASSOS DE FREITAS e VLADIMIR PASSOS DE FREITAS asseveram: “como é sabido, os servidores públicos, no exercício de suas funções, podem cometer infrações administrativas, civis e penais.”¹

Ressalte-se que à época em que foi sancionado o referido diploma legal, 9 de dezembro de 1965, prevaleciam as três esferas de responsabilização mencionadas pelos autores. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, inseriu-se mais um nível de imputação de responsabilidade, conforme será referido em seguida.

Relativamente à sanção civil, afirmam: “a sanção civil será estabelecida como forma de ressarcimento do dano por ele provocado, no caso, com o seu proceder abusivo”.² E continuam os mencionados autores: “(...) portanto, todo aquele que, no exercício de uma função pública ou a pretexto de exercê-la, incidir numa das figuras previstas nos citados art. 3º e 4º, estará sujeito à sanção administrativa, civil e penal”.³

Para HELY LOPES MEIRELLES: “[...] os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer infrações de quatro ordens: administrativa, civil, criminal e improbidade administrativa”.⁴ E continua o saudoso e pranteado mestre:

No campo do Direito Administrativo esse dever de responsabilização foi erigido em obrigação legal, e, mais que isso, em crime funcional, quando relegado pelo superior hierárquico, assumindo a forma de condescendência criminosa (CP, art. 320). E sobejam razões para esse rigor, uma vez que tanto lesa a administração a infração do subordinado como a tolerância do chefe pela falta cometida, o que é um estímulo para o cometimento de novas infrações.⁵

Sem dúvida, cabe ao responsável pelo servidor tomar as providências no sentido de apurar os fatos e, sendo considerado culpado, puni-lo adequadamente na forma da lei ou regulamento, na medida da sua culpabilidade.

¹ FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. “*Abuso de autoridade*”. 8ª edição, Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 95.

² FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. Op. cit. p. 95.

³ FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. Op. cit. p. 95.

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 31ª. Edição. Editora Malheiros. São Paulo. Ano 2005, p.494.

⁵ MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit. p. 494.

No tocante à responsabilização civil, providência que se amolda ao propósito desta pesquisa, a doutrina revela como sendo a obrigação que se impõe ao servidor de reparar o dano causado à Administração por culpa ou dolo no desempenho de suas funções. Essa responsabilidade (civil), como bem assevera Hely: “(...) é independente das demais (administrativa e criminal) e se apura na forma do Direito Privado, perante a Justiça Comum”.⁶

Adverte o autor, em nota de rodapé, nº 176, que a responsabilidade civil aqui tratada é a do funcionário para com a Administração, e não do Estado para com o particular lesado por ato da Administração.

Na mesma trilha, Celso Antônio Bandeira de Mello, relativamente aos comentários à Lei nº. 8.112, de 11/12/90, afirma:

[...] além da responsabilidade administrativa, a que se vem de aludir, o desatendimento de deveres funcionais pode suscitar responsabilidade civil e penal. Resultando prejuízos para o erário público ou para terceiros em decorrência de ação ou omissão, dolosa ou culposa, emerge a responsabilidade civil, isto é, patrimonial, do servidor”. E ressalta o insigne administrativista: “É imprescritível – repita-se – a ação de responsabilidade civil contra o servidor que haja causado danos ao erário público mediante comportamento ilícito, como decorre do art. 37, § 5º, da Constituição do país.”⁷

A responsabilidade civil exige a conjugação de diversos requisitos, que deverão estar presentes sempre que alguém demandar judicialmente a reparação de danos.

O conceito de responsabilidade civil é exaustivamente tratado pela doutrina. Dessa maneira, relevante trazer à colação o pensamento de MARIA HELENA DINIZ, citada por ALEX SANDRO RIBEIRO: “[...] a aplicação de medidas que obrigam uma pessoa a reparar o dano causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal”.⁸

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit. p. 496

⁷ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 31ª. Edição. Editora Malheiros. São Paulo. Ano 2007, p. 312

⁸ RIBEIRO, Alex Sandro. Ofensa à Honra da Pessoa Jurídica. Livraria e Editora Universitária de Direito LTDA. São Paulo. Ano 2004. p. 19

Por outro lado, no direito positivo⁹ podem ser encontrados os elementos componentes do dever de indenizar, quais sejam:

- a) elemento subjetivo da conduta: voluntariedade e culpabilidade em sentido estrito;
- b) elemento normativo da atividade: violação de direito ou causação de prejuízo;
- c) elemento objetivo da atividade em sentido estrito: ação ou omissão;
- d) elemento integrativo: liame de causalidade.

A alínea “a” fundamenta-se na dicção legal “ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência”, ou seja, as ações ou omissões desprovidas de qualquer tipo de coação, física ou moral. Pode o elemento subjetivo ser revestido de culpa, seja por negligência, seja por imprudência.

A alínea “b” tem respaldo na expressão “violar direito ou causar prejuízo a outrem”. Trata-se de elemento imprescindível, de modo que não se admite haja dever de indenizar se não houver o que indenizar, ressarcir ou reparar. Neste item há dois aspectos relevantes: a causação de prejuízo e a violação de direito. Pode-se afirmar que um deles é o aspecto físico, constatável como resultado da evidência do fato, facilmente demonstrável em juízo; o outro tem natureza intangível, que não se pode tocar, cuja comprovação judicial é amplamente dificultosa e exige argúcia daqueles que desejam encontrá-lo.

A alínea “c” refere-se ao resultado de uma força física ou moral, à faculdade ou possibilidade de executar ou não alguma coisa, independentemente de qual seja a reação anterior, de qual seja o resultado atingido.

E a alínea “d” está fundamentada na teoria geral da responsabilização, por força da qual não se pode imputar a prática de ato ilícito àqueles que não tenham, de algum modo, relação entre a atividade em sentido estrito e o elemento normativo da atividade, devendo haver um mínimo de correspondência entre a pessoa a quem se imputa a responsabilidade civil e o dano ou a ofensa alegada pela vítima¹⁰.

⁹ Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002): “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”... “Art 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

¹⁰ No mesmo sentido que Ribeiro, A.S., 2004, p. 23.

Não se pode olvidar que, para a imposição da obrigação de indenizar, ou reparar, é necessário haver nexo de causalidade entre o ato praticado pelo agente e o dano sofrido pela vítima. O nexo causal, elemento da responsabilidade civil, considera a relação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, apresentando-se como fato gerador da obrigação de indenizar. (Tasca, F.A., 2004 p. 112/113).

A seguir, discorrer-se-á sobre a realidade da pessoa jurídica e os danos sofridos pela Corporação.

CAPÍTULO 4

*“Enquanto vivermos num mundo onde uma filosofia de soberania do século XVII é reforçada por um modelo judiciário do século XVIII, defendido por um conceito de combate ao crime do século XIX que ainda esta tentando chegar a um acordo com a tecnologia do século XX, o século XXI pertencerá aos criminosos transnacionais.”
(Jeffrey Robinson – A Globalização do Crime)*

4. CARACTERIZAÇÃO DO DANO SOFRIDO PELA CORPORAÇÃO

No capítulo anterior, estudou-se a responsabilidade civil e seus pressupostos. Neste capítulo, será analisada a realidade da pessoa jurídica e a caracterização do dano sofrido pela Corporação.

A associação de homens visando à implementação de determinados fins, constitui-se em providência inerente ao gênero humano, tendo em vista aspectos limitadores, como as forças materiais, e os impulsos ditados pelos elementos intelectuais, morais e espirituais que formam a personalidade do ser humano, justificando e determinando sua interdependência social. Daí a compreensão das pessoas jurídicas sob o aspecto de que o indivíduo, por si só, é incapaz de alcançar certos fins, que ultrapassam as forças e os limites da vida individual¹¹.

As pessoas jurídicas podem ser proprietárias ou titulares de direitos reais, sem prejuízo de seus direitos extrapatrimoniais, consoante enaltece Tasca, citando Manuel A. Domingues de Andrade:

Mas a capacidade das pessoas coletivas vai mais longe; abarca relações de outra ordem. Podem elas ter, em certos termos, direitos de propriedade sobre bens imateriais (propriedade literária, etc.). Podem ser titulares de direitos corporativos, enquanto podem fazer parte de outra corporação (uma sociedade pode ser sócia de outra sociedade). Podem ser titulares de direitos da personalidade, como seja o direito ao nome (firma, quanto às sociedades) ou a distinções honoríficas, e até o direito ao bom nome (honra). (grifos desprovidos no original).¹²

O legislador constituinte não estabeleceu qualquer distinção entre pessoa natural e pessoa jurídica, para fins de tutela da personalidade jurídica, de modo que se aplica o consagrado princípio, reiteradamente afirmado na doutrina e na

¹¹ TASCA, F.A., 2004. Ob. cit. p. 18/19.

¹² TASCA, F.A., 2004. Ob. cit. p. 55.

jurisprudência, segundo o qual onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir.

Pretende-se não se afastar do núcleo da questão referente à violação grave de uma norma, praticada pelo militar estadual, cuja atitude expõe publicamente a imagem da Corporação, que, pela própria natureza do serviço prestado, necessita de boa estampa, de bom conceito perante a comunidade.

Com o intuito de tentar caracterizar o dano sofrido, foram adotados os seguintes procedimentos:

- 1) Consulta aos jornais “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná” solicitando reportagens de matérias retratando eventuais deslizamentos cometidos por policiais militares que provocassem máculas na imagem institucional, por meio dos expedientes constantes no Anexo (Anexos 2 e 3).
- 2) Consulta à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, solicitando respostas aos quesitos formulados por meio do expediente constante no Anexo. (Anexo 4)

No jornal “O Estado do Paraná” a pesquisa restou infrutífera, haja vista a “desculpa esfarrapada” de que o responsável pela pesquisa de reportagens havia sido afastado, razão pela qual não poderia ser fornecido o material solicitado.

A resposta enviada pelo jornal “Gazeta do Povo” (constante no Anexo 5), por sua vez, bem como a notícia extraída do jornal “Tribuna do Paraná” (constante no Anexo 6), foram suficientes a demonstrar o prejuízo moral causado à Corporação, de sorte que, do ponto de vista fático, é irrefutável tal argumentação.

Um caso muito divulgado foi aquele citado nas primeiras linhas deste trabalho, sobre a atitude de torcedores do time de futebol do Coritiba, que viajaram a Florianópolis e dirigiram impropérios aos Policiais Militares daquele Estado quando estes cumpriam o dever de zelar pela ordem no estádio de futebol, referindo-se ao fatídico caso do Largo da Ordem.

Um outro fato se refere ao questionamento de jovens, durante abordagem policial, sobre a moral dos policiais militares que a efetuavam, em razão do mesmo caso. A reação da equipe que efetuou a abordagem, obviamente, foi de admoestá-

los severamente, pois uma atitude inconveniente de companheiros de farda não justifica abster-se de agir diante de outra ação contrária ao convívio social.

De qualquer forma, todas essas circunstâncias revelam a exposição pública da Corporação e o conseqüente abalo da credibilidade, diante de um caso de extrema gravidade. Nesse sentido, buscar-se-á demonstrar o dano sofrido pela Instituição.

É cediço que o dano moral experimentado pela pessoa jurídica sofreu, no passado, muita resistência, como se verifica no seguinte julgado:

“Direito Civil e Comercial – Ação cominatória c/c indenização por danos morais e materiais proposto por pessoa jurídica – pedido julgado procedente em parte, apenas para determinar ao réu a abstenção de fazer crítica à marca Ford em forma de trocadilhos grosseiros – improcedência da indenização por danos morais – 1. recurso da autora – a) indenização por ofensa ao nome comercial – à pessoa jurídica não assiste o direito à indenização por dano moral puro ou honra subjetiva – a ofensa irrogada à empresa comercial causa-lhe prejuízo de ordem material e não espiritual, de sorte que a reparação destina-se a recompor o seu patrimônio dessa natureza atingido – o nome comercial constitui bem imaterial da pessoa jurídica, elemento incorpóreo do universum corpus, que é o estabelecimento comercial – se violado o reflexo não é íntimo, psíquico ou espiritual, mas de natureza material – só o homem possui sentimentos que podem ser ofendidos – autora que não se desincumbiu do ônus de provar os danos materiais efetivamente sofridos em decorrência de ter sido atingido o seu nome comercial – indenização indevida – b) Sucumbência – improcedência – a autora decaiu a maior parte do pedido – apelação desprovida – 2. recurso adesivo – intempestividade – não conhecimento.”¹³

No entanto, a moderna jurisprudência consolidou-se na possibilidade da existência do dano moral da pessoa jurídica:

“Questão igualmente superada pelas decisões das Cortes do país e sobre a admissibilidade da pessoa jurídica poder reclamar dano moral, em decorrência de atos de comércio que abalem sua reputação, respeito e dignidade, arranhando a imagem da empresa na área de sua atuação, por ato injusto. Este é exatamente o caso dos autos. Sofreu a autora-apelada um injusto protesto por dívida que já havia regularmente pago. Dai, resultando o inescandível prejuízo causado a parte e o seu direito a indenização pleiteada que foi acertadamente reconhecida pelo douto pronunciamento judicial monocrático. Assim e que, o protesto indevido de duplicata já paga, acarreta a responsabilidade do protestante de indenizar o dano moral causado injustamente a parte, ainda que se trate de pessoa jurídica, em razão do abalo de seu crédito nas relações de comércio.”¹⁴

“DECISÃO: ACORDA a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao

¹³ TJDF, AC 42.2552/96, 3ª Cam. Cív., Rel. Des. Campos Amaral.

¹⁴ TAPR, AC 111209-2, 3ª Cam. Cív., Rel. Dr. Jorge Massad, Jul. 14/10/97.

recurso da autora e desprover o agravo retido e a apelação do requerido. EMENTA: DANO MORAL - DUPLICATAS PAGAS - PROTESTO INDEVIDO - DANO MORAL - PESSOA JURÍDICA - INDENIZAÇÃO ADMISSÍVEL - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5, INCISOS V E X - PROVA DE EFETIVO PREJUÍZO - DESNECESSIDADE - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA INEXISTENTE - INEXISTÊNCIA - CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO - APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. APELAÇÃO DO RÉU DESPROVIDA - APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA EM PARTE. Perfeitamente admissível a indenização por dano moral causado à pessoa jurídica, em decorrência do protesto de título efetivado posteriormente à quitação da dívida, por acarretar abalo de seu conceito no mercado em que atua, assegurada que é pela Constituição Federal em seu artigo 5o, incisos X, cuja interpretação não há de se restringir às pessoas naturais. O protesto indevido de duplicata já paga acarreta a responsabilidade de indenizar o dano moral correspondente, o qual prescinde da prova de efetivo prejuízo. A indenização, no caso, deve ser fixada tendo-se em conta a importância correspondente ao valor do título do protestado, atendendo-se, com isso, ao critério que visa oferecer compensação ao lesado, bem como de impor sanção ao lesante para desestimular a prática de igual ato.”¹⁵

Um dos aspectos fundamentais desse julgado é exatamente o reconhecimento de que a tutela dos direitos de personalidade assegurada pela Constituição Federal (art. 5.º, inc. V e X) não há de se restringir às pessoas naturais:

“Não tem razão o agravante porque as pessoas jurídicas, como entidades atuantes no meio social ou econômico, tem uma reputação a preservar, de modo que podem, perfeitamente, atuar no pólo ativo de ação de indenização de dano moral assegurada no artigo 5.º, incisos V e X, da Constituição Federal, em decorrência de protesto de título efetivado posteriormente à quitação da dívida que, sem dúvida, acarreta abalo de seu conceito no mercado em que atua...Note-se que o aspecto moral da empresa é o direito ao bom nome e à preservação da estima, é o direito a não ser alvo de qualquer tipo de segregação, restrição ou censura infundada, que, notadamente nas sociedades de capital e, principalmente, nas sociedades de capital aberto, não se confunde com os direitos dos sócios ou dirigentes. Admissível, pois, a indenização por dano moral causado à pessoa jurídica, em decorrência de manifestações que acarretam abalo de seu conceito no mercado em que atua, uma vez que o direito à honra e à imagem é garantido pela Carta Constitucional, em seu artigo 5.º, incisos V e X, cuja interpretação não há, por descabida, de se restringir às pessoas naturais”.¹⁶

O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná firmou posição nesse sentido, como corrobora a decisão transcrita:

“DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, cassando a decisão recorrida para que, afastada a extinção do processo por carência de ação

¹⁵ TJPR, AC 59089-2, 5ª Cam. Cív., Rel. Dr. Rogério Coelho, Jul. 04/11/97.

¹⁶ TJPR, AC 59089-2, 5ª Cam. Cív. Rel. Dr. Rogério Coelho, Jul. 04/11/97.

face a impossibilidade jurídica, nele se prossiga na forma da lei. EMENTA: APELAÇÃO - DANO MORAL - PESSOA JURÍDICA - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - VIABILIDADE - PROVIMENTO. Pode sofrer dano moral reparável pela judiciária via a pessoa jurídica.”¹⁷.

Por fim, afirmando a tutela dos direitos de personalidade das pessoas jurídicas, julgou o STJ no REsp. 112.236, sendo Relator Min. Ruy Rosado de Aguiar, em 28 de abril de 1997, manifestando que “após a Constituição de 1988, a noção do dano moral não mais se restringe ao *pretium doloris*, abrangendo também qualquer ataque ao nome ou imagem da pessoa, física ou jurídica, com vistas a resguardar a sua credibilidade e a respeitabilidade”.

A pacificação da matéria concretizou-se com a Súmula 227 do STJ (“a pessoa jurídica pode sofrer dano moral”), tornando certo (em nível jurisprudencial) o direito à reparação dos danos decorrentes da agressão a direitos personalíssimos das pessoas jurídicas.

No plano legislativo, além da previsão constitucional já mencionada, é relevante ressaltar que a Lei de Imprensa (Lei nº. 5.250/67), em seu art. 16, considera criminosa a publicação de notícias falsas ou deturpadas que causem abalo de crédito a pessoas jurídicas. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90) e o Código Civil (Lei nº. 10.406/02), em seu art. 52, prevê a possibilidade de aplicação às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos de personalidade.

No plano doutrinário, igualmente, parece não restar mais dúvida quanto ao tema em comento.

Nessa linha, assevera ALEX SANDRO RIBEIRO:

Ao se lançar no mercado, adquirindo personalidade, a pessoa jurídica de direito privado faz-se valer de um nome, em cujo redor orbita toda a sua credibilidade. Esta credibilidade é o ar que o comerciante respira, sendo-lhe, portanto, a sua base vital, sem a qual certamente estaria fadado ao perecimento. A violação indevida do nome gera uma situação que denigre e humilha, submetendo-o a chacotas e comentários jocosos, pondo em risco sua credibilidade, sua honra e imagem.¹⁸

O que normalmente se verifica, contudo, é que o dano moral da pessoa jurídica acaba se balizando pelo abalo de crédito. Mas para a Polícia Militar esse

¹⁷ TJPR, AC 57774-8, 1ª Cam. Cív., Rel. Des. Vidal Coelho, Jul. 23/09/97.

¹⁸ RIBEIRO, Alex Sandro. Ob. cit. p. 53

critério é inútil. Então, poder-se-ia pensar que, por conta da insuficiência desse critério, inexistente dano moral à Corporação. Não se pode com isso concordar. Nesse sentido, manifestam-se a professora YVETE FLÁVIO DA COSTA e o bacharel em direito ALEXANDRE ARAÚJO DA SILVA¹⁹.

Ambos comentam que predominam, nos Tribunais, decisões considerando como fundamento de decidir a reparação por danos morais, em favor da pessoa jurídica, o efeito do abalo de crédito sofrido por elas. Ou seja, admitem que, havendo uma restrição do crédito que a pessoa jurídica normalmente obteria, proveniente de um abalo em sua honra objetiva, estará configurado o dano moral.

Os mencionados autores pedem vênias para discordarem, alegando que abalo de crédito concretiza-se por paralisação dos negócios, retração de fornecedores ou de clientela, desamparo de recursos bancários. Ora, fica evidente que o abalo de crédito origina repercussões apenas patrimoniais à pessoa jurídica, tendo como efeito menos capital disponível para a manutenção da atividade. E como tal deve ser liquidado e ressarcido. Ilustram seus pensamentos trazendo a contribuição de JOSÉ AGUIAR DIAS, o qual afirma que freqüentemente se confunde dano moral com certos danos patrimoniais. E o ilustre doutrinador assevera que a explicação talvez seja a confusão entre fato-causa e fato-efeito do dano. A ofensa em si considerada (o impropério proferido, a difamação veiculada) é fato-causa do dano, que tem como fatos-efeitos dois tipos de prejuízo: o dano moral à honra objetiva da pessoa jurídica, puro, que deve ser indenizado enquanto tal; e os reflexos patrimoniais que este acarretar, no caso, o abalo de crédito, que é figura completamente distinta.

A esse respeito, louvável o raro fundamento do acórdão a seguir, ainda que se esteja, com base nele, negando a reparação do dano moral, quando o correto seria a reparação das duas espécies de dano cumulativamente:

“Responsabilidade civil. Banco. Dano moral e abalo de crédito. Distinção Responsabilidade civil. Dano material. Dano moral e abalo de crédito. – Inconfundibilidade. Banco – Responsabilidade pelos atos praticados por seus agentes. Os bancos respondem pelos atos praticados por seus dirigentes ou administradores, bem como de seus empregados ou prepostos que, nessa qualidade, causem dano a outrem. Mas não se confunde dano moral com abalo de crédito. Enquanto o abalo de crédito é uma grandeza, portanto mensurável objetivamente, tomando-se por base certos parâmetros e a matemática, o dano moral está inserido no espaço do

¹⁹ COSTA, Y. F. da; SILVA, A. A. da., A reparação por danos morais à pessoa jurídica como forma de tutela aos direitos de sua personalidade, p. 46

subjetivismo, não comportando mensuração objetiva. Apelação parcialmente provida.²⁰

E continuam os ilustres articulistas:

“Não se pode dizer que existiu o dano moral porque houve abalo de crédito. Este não é causa, é efeito patrimonial, reflexo da ofensa moral sofrida. Não há como confundir as duas espécies. Dizer que se indeniza o dano moral por ter havido abalo de crédito não é a mesma coisa que defender a reparabilidade dos danos morais quando estes causem prejuízos patrimoniais (como incansáveis vezes já se argumentou, para reparação dos danos morais às pessoas naturais). É verdade que as dificuldades para a aferição de ambos os danos são enormes. Mas para o Direito não pode haver julgamentos impossíveis”.²¹

Os autores enaltecem que, efetivamente, a justiça produziu um grande número de julgados calcados na justificativa do abalo de crédito, relativamente às indenizações por dano moral a que teriam direito as pessoas jurídicas. Resta demonstrado que, na realidade, as decisões reiteradas nesse sentido reforçam esta linha de raciocínio, em que predomina o abalo de crédito como fator de indenização, quando na realidade deveria circunscrever-se ao dano moral propriamente dito.

Outra valiosa contribuição dos autores inserida no artigo diz respeito à pessoa jurídica e o direito à imagem. Sustentam que existem duas formas de proteção à imagem: uma chamada imagem-retrato, que diz respeito à fisionomia e aos traços de individualidade da pessoa, como voz, gestos, penteado, maneira de se vestir; e outra denominada imagem-atributo, destinada à tutela do dano à imagem proveniente dos meios de comunicação (dispõe sobre o direito de resposta).

Nesta quadra, os autores adicionam o pensamento do Professor LUIZ DAVID ARAÚJO, o qual defende que, neste aspecto, o dispositivo vai além, instituindo um novo conceito de imagem, moderno, ligado à publicidade, à atividade comercial.

Destarte, afirma o Professor Luiz Araújo que as empresas envidam esforços no sentido de reforçar certos atributos para que sejam passadas ao consumidor (ou eleitor, ou ouvinte, ou cliente, ou aos amigos, parentes, família, etc.) certas características de determinado produto ou indivíduo. Essa preocupação vem se estendendo, inclusive, às sociedades empresárias que, pretendendo captar a credibilidade dos acionistas, investem na modificação ou manutenção de sua imagem. Uma corporação que tem uma boa imagem capta investimentos de determinado grupo com mais facilidade. Imagem, assim, deixa de ser o retrato, a

²⁰ Ac 31.236 – Ac. un. T. Civ. – TJDF – j. 02-12-93 – rel. Des. ROMÃO C. DE OLIVEIRA.

²¹ COSTA, Y. F. da; SILVA, A. A. da., A reparação por danos morais à pessoa jurídica como forma de tutela aos direitos de sua personalidade, p. 47

exteriorização da figura para, em outro campo, pretender ser o 'retrato moral' do indivíduo, da empresa, do produto, seu 'caráter'. Por tal razão, é chamado de imagem-atributo.

Ainda e não menos preciosa e procedente colaboração trazida pelos autores refere-se à diferença entre dano à honra objetiva da pessoa jurídica e o dano à imagem-atributo desta. Novamente, louvam-se nos ensinamentos do Prof. LUIZ DAVID ARAÚJO, que leciona: "Imagem e honra são bens distintos. Posso estar honrando alguém, sem lhe alterar a imagem. Posso estar destruindo sua imagem ressaltando sua honra".

E prossegue o ilustre mestre:

No dano à imagem-atributo, o que se modifica é a aparência que tal pessoa jurídica formou para si, sem necessariamente o prejuízo ter sido ocasionado por ato desabonador, depreciativo, difamatório, como no caso da associação que cultivou uma imagem-atributo de mantenedora de rigorosa postura ética em relação a questões ambientais, durante anos, sendo tal aparência destruída por publicação que a acusava de financiar pesquisa nuclear. Financiar a pesquisa é até um ato louvável; apenas não o era para tal ente coletivo, em decorrência de sua individualidade. E se a acusação foi injusta, cabe indenizar. Já no dano à honra objetiva da pessoa jurídica, como se demonstrou, o que se lesa é a reputação, por meio de ato que deprecie, diminua o bom-nome, a boa-fama, o bom conceito social que esta goze. O dano deve estar ligado a um ato imputado a ela tido como reprovável socialmente, como sonegar impostos, por exemplo.²²

Concluindo, nas palavras dos supramencionados escritores: "Não se pode mais negar, diante do atual nível de consciência jurídica a que se chegou sobre o instituto da reparação dos danos morais, a extensão deste também às pessoas jurídicas. Não há motivos justificáveis para isso".²³

Igualmente, o professor José Augusto Roveri assim se posiciona:

A pessoa jurídica pode ser vítima de um dano em sua honra subjetiva, e esse dano quase sempre transforma-se num dano de natureza patrimonial. As pessoas jurídicas sem fins lucrativos, obviamente, não sofrem esse abalo patrimonial, mas mesmo assim podem ser vítimas de um dano moral. Não existe propriamente indenização por danos morais no caso das empresas jurídicas, por ser impossível a ocorrência de dor psicológica a ser mitigada. Os valores desembolsados pelo causador do dano moral à pessoa jurídica devem ser considerados como uma penalidade com função

²² COSTA, Y. F. da; SILVA, A. A. da., A reparação por danos morais à pessoa jurídica como forma de tutela aos direitos de sua personalidade, p. 53

²³ COSTA, Y. F. da; SILVA, A. A. da., Ob. Cit., p. 55

retributiva, pedagógica e exemplar, mas não como indenização *strictu sensu*.²⁴

Por seu turno, a professora Márcia Nicolodi assevera:

Até pouco tempo, ainda se discutia a possibilidade ou não das pessoas jurídicas sofrerem abalo moral. Porém, hoje é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que as pessoas jurídicas públicas ou privadas podem sofrer dano moral, por terem atributos reconhecidos jurídica e publicamente. Aliás, hoje não cabe mais qualquer discussão a cerca da matéria, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado 227, pacificou o entendimento que: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral". Nesta mesma esteira o Novo Código Civil Brasileiro estabelece em seu art. 52 que se aplicam às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade regulados naquele diploma legal. Registre-se que a existência da honra subjetiva (decoro auto-estima), é exclusiva do ser humano e a honra objetiva, refletida na reputação, no prestígio, no bom nome, na confiança do público, que é comum às pessoas físicas e jurídicas. "Induidoso, portanto, que a pessoa jurídica é titular de honra objetiva, fazendo jus à indenização por dano moral sempre que seu bom nome, credibilidade ou imagem forem atingidos por algum ato ilícito"¹⁹. Neste sentido as decisões proferidas pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: Dano moral. Pessoa jurídica. O protesto indevido afeta o bom nome, fama, prestígio e reputação comercial da pessoa jurídica, sendo devida a indenização por dano moral. Apelação improvida. (TJRS – APC 70003703717 – 17ª C.Cív. – Rel. Des. Eduardo Uhlein – J. 16.04.2002) RESPONSABILIDADE CIVIL – PROTESTO INDEVIDO – ABUSIVIDADE DO ATO DEMONSTRADO – DANO MORAL – CRITÉRIOS PARA SUA FIXAÇÃO – Culpa da instituição financeira ao cometer falha no serviço, levando a protesto título devidamente pago em carteira. Fato ensejador de dano moral, pois que atingiu a honra objetiva da pessoa jurídica. O magistrado, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita e a gravidade do dano por ela produzido, servindo-lhe, também, de norte, o princípio acima citado, de que é vedada a transformação do dano em fonte de lucro. Recurso provido. (TJRS – APC 70003356516 – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Clarindo Favretto – J. 21.02.2002) In casu, "a prova do fato que gerou lesão à reputação da pessoa jurídica é suficiente para a indenização do dano moral, nada importando que daí tenha resultado, ou não, prejuízo patrimonial."²⁵

O professor Carlos Alberto Bittar Filho esclarece:

Ocorrido o dano moral coletivo, que tem um caráter extrapatrimonial por definição, surge automaticamente uma relação jurídica obrigacional que pode ser assim destrinchada: a) sujeito ativo: a coletividade lesada (detentora do direito à reparação); b) sujeito passivo: o causador do dano

²⁴ ROVERI, José Augusto. A pessoa jurídica pode sofrer danos morais? . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 42, jun. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=665>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

²⁵ NICLODI, Márcia. A legitimidade "ad causam" nas ações para reparação de dano extrapatrimonial **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 113, 25 out. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4384>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

(pessoa física, ou jurídica, ou então coletividade outra, que tem o dever de reparação); c) objeto: a reparação - que pode ser tanto pecuniária quanto não-pecuniária. Sobre essa relação incide a teoria da responsabilidade civil.²⁶

Nessa linha de pensamento, percebe-se com certa facilidade a viabilidade da ação de reparação de eventual dano moral sofrido pela pessoa jurídica de direito privado. Entretanto, a mesma facilidade não se observa tratando-se de pessoa jurídica de direito público, mais precisamente, a Polícia Militar sendo vítima de dano moral provocado por um seu integrante. Cabe mencionar um exercício de imaginação, em que um cidadão ao tomar conhecimento de fato grave cometido por um policial militar, venha com isso a sentir-se estimulado a desobedecer ao sinal de parada obrigatória para fiscalização dos seus documentos e de seu veículo. Esta conduta seria inteiramente injustificável, logo, nota-se que o Estado não perdeu sua autoridade, seu poder discricionário, materializado pelas ações desencadeadas pela Polícia Militar.

Por outro lado, a resposta da Procuradoria Geral do Estado (Anexo 4) demonstrou um respeitável entendimento, embora tenha sido enviado num papel desprovido de timbre e assinatura, em que pese a consulta tenha sido formalizada através de ofício.

Nesse diapasão, será utilizada a mencionada fonte, de cuja análise resultou a vereda pela qual se inclinou o trabalho, conforme demonstrado no próximo capítulo, em que se contempla a viabilidade da ação indenizatória.

²⁶ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 559, 17 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6183>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

CAPÍTULO 5

“Por mais insondáveis que sejam as profundezas de onde emerge um impulso ou instinto, os meios que o homem escolhe para satisfazê-lo são determinados por uma consideração racional de custos e benefícios”.
(Ludwig von Mises)

5. VIABILIDADE DA AÇÃO INDENIZATÓRIA

No capítulo anterior, tratou-se da questão do dano causado à Corporação, sendo agora o momento de estudar a viabilidade da ação indenizatória.

Neste capítulo aflora a maior dificuldade, constituída justamente da viabilidade da ação reparatória da imagem da Corporação, seriamente atingida por atos em desconformidade com o ordenamento jurídico.

Nos casos envolvendo condutas danosas à imagem das instituições, em especial da Polícia Militar do Paraná, situação paradoxal, considerando tratar-se de integrantes da própria Força Pública, há necessidade da obrigação de reparar o mal causado. Entretanto, alguns obstáculos apresentam difícil transposição. Um dos que se apresenta é a demonstração do prejuízo percebido pela Corporação, situação de certa forma facilitada nos grupos comerciais de índole civil, em que um singelo balancete reveste-se de um eficaz instrumento comparativo na projeção de um abalo eventualmente sofrido no desempenho financeiro.

A expressão “abalo de crédito”, muito ocorrente na doutrina e jurisprudência, demonstra, com certa facilidade, a mensuração do prejuízo, elemento fundamental para estruturação do petitório oportuno. Sociedades empresárias que tiveram suas imagens afetadas por ações inescrupulosas lograram êxito em aquilatar o prejuízo pela via da constatação do abalo de crédito.

A palavra crédito, oriundo do latim *creditum*, de *credere*, significando acreditar, confiar, é entendido hoje em três acepções: a econômica, a jurídica e a moral.

Assim, tomado na perspectiva econômica, assume o crédito importância fundamental para a sociedade moderna, especialmente considerando os métodos de produção e de consumo em massa, na qual a maioria dos negócios jurídicos de cunho econômico realiza-se mediante operações de crédito. (TASCA, F.A. 2004,p.98).

Exemplos que comprometem o crédito e, conseqüentemente, a credibilidade, são os casos de sabotagens de produtos, como a introdução de rato dentro da embalagem de leite pertencente a determinada empresa, ou de corpos estranhos dentro de recipiente de refrigerante de uma conceituada empresa, certamente causarão impacto negativo no conceito da organização produtora.

A viabilidade da ação reparadora caberia, por disposição legal, à Procuradoria Geral do Estado, órgão que desempenha a elevada função de encaminhar ao Poder Judiciário os feitos de interesse do Estado, de modo que a mencionada ação deveria, necessariamente, ter seu nascedouro naquela estrutura estatal.

A Procuradoria Geral do Estado tem enfatizado, tanto oficialmente quanto extra-oficialmente, o caráter de novidade da pretensão colocada, nada obstante concluir que é inviável processar militares estaduais por condutas atentatórias à imagem da Polícia Militar, justamente pela dificuldade de se mensurar o prejuízo concretamente sofrido pela Corporação. Também outra questão que se apresenta, como uma maior dificuldade é o reconhecimento de dano moral ao Estado diante da total dificuldade em se identificar perda financeira decorrente de agressão moral, dado que tal ente não exerce, de forma típica, atividade comercial. Além disto, e cremos ser o “nó górdio” da questão, ainda que imaginável o dano moral, a Polícia Militar não detém personalidade jurídica apta a pleitear em juízo tal reparação, inserida que está no corpo do Estado. Por outro lado, as doutrinas de inúmeras instituições policiais de nações de 1º mundo, colocam a “defesa da imagem da Instituição Polícia” como prioridade mesmo sobre a “salvação de inocentes” e ao “cumprimento da lei”, em face de que entendem que a credibilidade do “órgão polícia” (ou do ente jurídico polícia, dependendo de cada ordenamento jurídico) é fundamental para que se possa dar cumprimento às missões constitucionais elencadas nas suas cartas magnas. Nesse sentido, a obra de BONDARUK, referindo-se ao pensamento do ilustre Sir Robert Peel, criador da famosa “Polícia Disciplinada” na Inglaterra, em 1829, autor de alguns princípios, dentre os quais cita-se o item 7:

“A polícia a todo tempo deveria manter um relacionamento com o público que realizasse a tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia; a polícia é o único membro do poder público que é pago para dar atenção o tempo todo às obrigações que

incumbem a cada cidadão no interesse do bem-estar da comunidade".²⁷

Assim sendo, uma Instituição que exterioriza sua imagem nas rotinas de trabalho, corporificada pelo Estado através da sua farda, não deveria ficar à mercê de casos ofensivos à sua estampa, máxime provocados por seus integrantes, considerando que a Procuradoria Geral do Estado não manifestou firmemente o interesse necessário para judicialmente representá-la. A ausência de personalidade jurídica poderia ser suprida pelo órgão representativo acima citado, pois os princípios constitucionais, a missão constitucional e a própria exigência social de credibilidade, justificam providências nesse sentido.

Com relação aos outros aspectos de impedimento abordados, não se recomenda entender, com a devida vênia, que a pessoa jurídica deva pleitear sempre o eventual prejuízo financeiro, material, segundo a louvável inspiração de ALEX SANDRO, em obra já citada, quando leciona:

Sendo pessoa jurídica uma personagem que não tem bens estritamente anímicos, sofrendo quando eles são vergastados, não se pode falar corretamente em dano, porque induziria à equivocada noção de que, em se tratando de pessoa jurídica, eventuais danos causados serão sempre materiais ou, na melhor das hipóteses, apenas acolherá o pedido de dano moral se ficar comprovado o reflexo patrimonial concernente.²⁸

Como se observa, foi muito feliz o raciocínio do autor, ao não vincular o pedido ao prejuízo ou perda material. E continua o inspirado autor:

Ademais, reparar não tem a ver com a restituição ao estado anterior, ou em estado semelhante quando possível fazê-lo, às expensas do devedor. Mas sim, atrela-se a fator compensatório, ante a absoluta impossibilidade de volver ao estado semelhante anterior, pela carência de aferição econômica. Daí porque se diz que as ofensas imateriais são reparadas.²⁹

Se, na realidade, a pessoa jurídica de direito privado sofre ofensa à sua honra por ter um título levado indevidamente a protesto, visto que presumível que tenha a sua reputação comercial atingida e o seu nome maculado na praça; nessa linha de raciocínio, pode-se vislumbrar, comparativamente, que uma pessoa jurídica de

²⁷ BONDARUK, Roberson Luiz. A prevenção do crime através do desenho urbano. 1ª. Edição. Curitiba-PR, 2007, p.95-96.

²⁸ RIBEIRO, Alex Sandro. Ob. cit. p. 107

²⁹ RIBEIRO, Alex Sandro. Ob. cit. p. 107

direito público, mais precisamente a Polícia Militar (que não é ainda sujeita de direito mas deveria ser), também pode ser vítima de ataque à sua aparência, provocado por militar estadual, a ela vinculado estatutariamente. Para ainda argumentar, se a pessoa jurídica de direito privado busca resgatar seu patrimônio diminuído, no caso da Corporação, o patrimônio a ser protegido é o da credibilidade angariada junto à população ao longo da sua existência.

Caracterizado o dano moral causado à Instituição Polícia Militar, pela repercussão nos meios de comunicação devido a graves desvios de conduta de seus integrantes, esta deverá pleitear a justa reparação pelos prejuízos causados.

Sopesando essas argumentações e posicionamentos dos doutrinadores acima citados, e considerando insuficiente a responsabilização penal e administrativa pelos atos ilegais praticados pelos seus próprios membros, deve a Corporação Polícia Militar postular o ressarcimento civil por dano moral como forma de recompor sua imagem perante a sociedade, dado que “imagem” para a Polícia está fundamentalmente associada ao Princípio da Eficiência no cumprimento de sua missão constitucional.

Quanto ao posicionamento da Procuradoria Geral do Estado, relativamente à dificuldade em reconhecer o dano moral ao Estado, por não identificar perda financeira, por não exercer, de forma típica, atividade comercial, pede-se vênia para, respeitosamente, discordar desse entendimento. Em primeiro lugar, porque todas as pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, estão sob o pálio da lei, e diante de qualquer agressão aos seus direitos tutelados, poderão resgatá-los no foro competente. Em segundo lugar, a restrição quanto a não exercer atividade comercial, de maneira nenhuma retira a faculdade de pleitear em juízo eventual dano que lhe tenha sido causado, muito embora seja uma entidade que desenvolva atividades sem fins lucrativos. Em consonância com esta linha de raciocínio, corrobora o pensamento de Alex Sandro Ribeiro, para quem “Outro insuplantável obstáculo à aceitação de tal corrente (de que não se deve indenizar) é a presença de pessoa jurídica sem fins lucrativos como vítima. Pessoas jurídicas que jamais visam lucros, mas sobrevivem de sua imagem.”³⁰

Não obstante haja dificuldade em apontar o *quantum* a ser requerido, já anteriormente mencionado, não deve configurar-se em obstáculo intransponível,

³⁰ RIBEIRO, Alex Sandro. Ob. cit. p. 117

mesmo porque o ordenamento jurídico faculta ao magistrado arbitrar um valor justo e merecido, em conformidade com o caso concreto.

Como se sabe, os militares fazem parte de uma categoria de servidores públicos, chamados pela Constituição Federal e Estadual de Militares Estaduais. Portanto, essa categoria sofre, reflexamente, os efeitos dos ataques dirigidos à Instituição. É nesse agrupamento humano que se manifestam os graves efeitos das condutas deletérias, como caixa de ressonância das repercussões negativas, englobando o ambiente de trabalho propriamente dito, o ambiente social e o familiar. De modo que uma reação individualizada, ou da classe policial-militar contrária a essas atitudes reprováveis, na forma de uma ação submetida ao Poder Judiciário, seria inteiramente justificável.

Dessa maneira, considera-se viável a responsabilização de militares estaduais por danos morais causados à Corporação, viabilizada por meio de uma ação judicial proposta por uma associação que defenda os interesses da classe como a AMAI (Associação dos Militares da Ativa, Inativos e Pensionistas) ou a AVM (Associação da Vila Militar) ou, ainda, numa última possibilidade, individualmente pelo policial militar que tenha se julgado ofendido.

CAPÍTULO 6

“A pior coisa que têm os maus costumes é serem costumes, o que é pior ainda do que serem maus”.
(Padre Antônio Vieira)

6. CONCLUSÃO

Anteriormente referiu-se à viabilidade da ação indenizatória, em que aflorou a maior dificuldade em se imputar indenização pecuniária ao servidor público militar por ofensa moral causada à Polícia Militar.

Originalmente, previa-se como viável uma nova alternativa de aplicação de uma pena a ser infligida, desta vez de caráter pecuniário, aos casos em que se constatassem agressões graves à imagem institucional causadas por militares estaduais. A expectativa era oferecer à Corporação uma possibilidade de responsabilizar integrantes por esses atos, considerando a independência entre as esferas de responsabilização. Efetivamente, como ficou demonstrado, a Polícia Militar, Instituição integrante do próprio Estado, incumbida constitucionalmente de preservar a ordem pública, pode sim sofrer danos na sua imagem, posto que necessita dela para bem cumprir seu mister. Ocorre, no entanto, que, não obstante a ofensa possa ser perceptível, evidenciou-se grande dificuldade em viabilizar um pleito judicial nesse sentido, uma vez que a Corporação não detém personalidade jurídica que lhe dê aptidão necessária a deduzir em juízo tal reparação.

Convém esclarecer, por oportuno, que não se pretendia inaugurar uma alternativa para desencadear ações em profusão, como forma de ressarcimento por ofensas à imagem da Corporação, uma vez que a ação eventualmente proposta não visa a um proveito econômico. Portanto, não se cogitava de motivação financeira como fator de pesquisa. O que realmente se pretendia era dotar a Corporação de mais um mecanismo para dificultar a prática de atos desairosos, aplicando-se um corretivo de índole civil, conforme exposto logo no início deste capítulo. Essa foi a pretensão, ou seja, estabelecer um fator de inibição de condutas, principalmente aquelas que provocam a exposição pública da Instituição, estampada em manchetes de jornais e outros veículos de comunicação. Trata-se de pena monetária, como se afirmou, porém não deixa de ser uma pena, o que por si só tem o condão de refrear

o ânimo daquele que pretende agir em desconformidade com o ordenamento jurídico, além do exemplo aos demais agentes.

Assim, chega-se ao final deste trabalho com pleno contentamento pela experiência vivida, pois o tema se mostrava fascinante no início, e assim permaneceu até o desenlace. Há um sentimento de realização por explorar uma proposição instigante, embora não evidenciado na prática, tendo em vista a ausência de sua aplicação nos casos em que a tríplice responsabilidade poderia ser cabível, quando se constatava uma lacuna até então existente.

Sobreleva afirmar que o trabalho consiste numa singela homenagem à Polícia Militar do Paraná, organização sesquicentenária, responsável pela nobre missão de preservar a ordem pública no território paranaense. Uma Instituição permanente, existente desde 10 de agosto de 1854, quase tão antiga quanto o próprio Estado, que angariou a confiança das comunidades pelos relevantes serviços prestados ao longo dessa trajetória. O desfecho do trabalho atingiu o objetivo desejado, consistente na tese de que a responsabilidade civil por ofensas morais causadas à Corporação, pelos seus próprios integrantes, pode ser uma realidade, considerando a iniciativa de propositura de ação judicial de modo individual, ou o engajamento das associações representativas da classe, resgatando a incolumidade da imagem institucional, e por considerar toda uma coletividade atingida pelos atos inescrupulosos perpetrados pelos próprios integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. ***Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro***. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 559, 17 de janeiro de 2005. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6183>. Acesso em 07 de agosto de 2007.

BONDARUK, Roberson Luiz. ***A prevenção do crime através do desenho urbano***. 1ª Edição. Edição do Autor. Curitiba, 2007.

República Federativa do Brasil. Constituição Federal.

COSTA, Yvete Flávio da; SILVA, Alexandre Araújo da. ***A reparação por danos morais à pessoa jurídica como forma de tutela aos direitos de sua personalidade***. Disponível em www.revistajuridicaunicoc.com.br/midia/arquivos/ArquivoID_31.pdf. Acesso em 07 de agosto de 2007.

FREITAS, Gilberto Passos; FREITAS, Vladimir Passos. ***Abuso de Autoridade***. 8ª. Edição. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. ***Direito Administrativo Brasileiro***. 31ª. Edição. Malheiros Editores. São Paulo, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. ***Curso de Direito Administrativo***. 19ª. Edição. Malheiros Editores. São Paulo, 2005.

NICOLODI, Márcia. ***A legitimidade "ad causam" nas ações para reparação de dano extrapatrimonial***. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 113, 25 de outubro de 2003. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4384>. Acesso em 07 de agosto de 2007.

RIBEIRO, Alex Sandro. ***Ofensa à Honra da Pessoa Jurídica***. Editora Leud Livraria e Editora Universitária de Direito. São Paulo, 2004.

ROVERI, José Augusto. ***A pessoa jurídica pode sofrer danos morais?*** Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 42, junho de 2000. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=665>. Acesso em 07 de agosto de 2007.

TASCA, Flori Antonio. ***Responsabilidade Civil Pessoa Jurídica e Dano Moral***. 1ª. Edição. Editora Scientia & Ars. Curitiba, 2004.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Disponível em <http://www.tj.pr.gov.br>. Acesso em 09 de agosto de 2007.

ANEXOS

A. Extratos de depoimentos da coluna do leitor do jornal Gazeta do Povo

Trabalho em uma loja no centro de Curitiba, próxima ao Círculo Militar, Reitoria, Fesp e Hospital de Clínicas. Onde a segurança é baixíssima. Para se ter uma noção, entre o meio-dia de 14/8 até as 17 h de 15/8, ocorreram três assaltos à mão-armada. Ao chamarmos a polícia, a viatura veio e ficamos sabendo que existem apenas duas viaturas para patrulhar o Centro. As demais estão em outra atividade. Se o próprio policial diz não poder fazer nada por falta de gente, nós vamos fazer o quê? Fechar as portas? Que segurança é essa, afinal de contas? Será que o comércio vai poder trabalhar em paz nessa região?

Jonas B. Leite Neto
Curitiba, PR

Polícia Militar

Já tive orgulho da Polícia Militar do Estado do Paraná, tanto que cheguei a discutir com amigos paulistas, cariocas, gaúchos e também de outros estados. Tinha argumentos a favor das minhas discussões. Mas hoje o que posso dizer? Espero e acredito que o policial preso em flagrante seja apenas uma "laranja podre" entre os demais policiais honestos que honram as fardas e o lema que sempre defenderam: "Sua proteção é o nosso compromisso".

Marcionílio Machado
Curitiba, PR

Indignação 1

Desmoralização e indignação. Estes são os primeiros sentimentos com a reportagem da RPC sobre o "trabalho" dos policiais no Largo da (des) Ordem. Em que ponto chegaram as coisas. Todos sabemos, há muito tempo, que as polícias do Paraná estão envolvidas com a proteção, convivência e participação de crimes, mas roubar CD plays de automóveis na rua é o cúmulo da humilhação e do lixo desta instituição. E saber que nós pagamos por tudo isto. Além das cenas deploráveis, há de se analisar o pior: eles, policiais, não roubaram para si. Quem são os receptadores? Para quem eles iriam vender? Quem são os sócios da polícia nisto tudo? Assim como numa empresa, onde o comportamento dos funcionários é consequência direta de quem lidera, de quem comanda, no governo ocorre o mesmo. Tudo no Paraná está sem projeto e sem administração, inclusive a segurança pública.

Paulo Lugli, consultor
Curitiba, PR

Indignação 2

Compromisso de proteção é o que falta. É preciso parar com estatísticas e passar a atuar. Arregalados ficamos com a competente reportagem da RPC que mostra em ação a PM, devidamente fardada e com viatura, simplesmente roubando. Temos que dizer aos nossos filhos que se cuidem até com a polícia, pois pode ser que uma viatura pare em frente a nossa casa para roubar. Numa situação dessa como ficamos, "o que nosso governo tem a declarar", a não ser vir com estatística, que não sabemos de onde vem, tentando tapar o sol com peneira. A inteligência da polícia é que tem que funcionar, com muita competência, pois se não tiver bandido na rua, nem de policial passeando precisaremos. Chamar a polícia depois do roubo praticado, quase sempre de nada adianta. O que tem que ser feito é impedir o roubo, prendendo o bandido no ninho.

Murilo Lessa Ribeiro, administrador
Curitiba, PR

Indignação 3

Pagamos salários, compra de fardamento, aquisição de armamento e viaturas para, no fim, vermos na primeira página de nossa Gazeta dois pretensos policiais, na verdade piores que marginais, furtando objetos de contribuintes. Típico procedimento de quem morde a mão que os alimenta. Até quando vamos conviver com tais absurdos. Que o comandante da PM, o secretário da Segurança Pública e o governador hajam rápido para extirpar este câncer da sociedade, colocando-os atrás das grades e expulsando-os da Corporação para evitar a metástase nas forças de segurança.

*Irapuan Gomes Ribeiro, aposentado
Curitiba, PR*

Indignação 4

Com referência aos furtos flagrados no Largo da Ordem, gostaria apenas de salientar que trata-se de um local onde esta prática é tradicional. Eu, por exemplo, já fui vítima duas vezes, uma em 1987 e outra em 1989 e, se as coisas continuarem iguais, o comércio e a receptação dos objetos furtados são realizados na própria região.

*Carlos César Zanchi
Curitiba, PR*

Indignação 5

Manchetes do dia: “Desembargador, presidente do Tribunal de Justiça, preso em Rondônia”; “Presidente da Assembléia Legislativa preso”; “Ministério Público envolvido”; “Em São Paulo, juízes presos e advogados negociando com bandidos”; “PCC volta atacar e deixa ministro da Justiça amedrontado”; “Na Capital da República, deputados mensalão e sanguessugas são candidatos à reeleição”; “O presidente não sabe da nada”; e “Em Curitiba, policiais militares roubam toca-fitas de carro”. Só nos resta um pedido, no poema de Cláudia Lúcia Menegatti: “Eu queria que todos os marginais do mundo fossem eliminados num sopro. Teu. Num sopro que fosse expelido de Teus lábios, no momento da procriação. Não deixando ser concebido o feto de um marginal. Deus”.

*Mira Militão, avó, mãe e cidadã
Curitiba, PR*

Indignação 1

A entrevista do secretário de Segurança ao Paraná TV, dia 8/8/06, deu a nítida impressão de uma “censura e reprimenda” à RPC por não ter fornecido as informações sobre os “policiais ladrões”, primeiramente ao comando da Polícia Militar para que efetuasse as devidas prisões dos elementos. Fica a pergunta: será que a reportagem teria ido ao ar e a população ficaria sabendo dos fatos? Acho que a função da imprensa é exatamente esta: trazer à tona os problemas para que as autoridades competentes tomem as devidas providências, e não trabalhar “secretamente” para quem quer que seja. Parabéns ao corajoso e brilhante repórter que fez a reportagem, e que continue trabalhando em prol da coletividade, que é a função da mídia.

*Romualdo Antônio Mehret, contador
Curitiba, PR*

Indignação 2

Vendo a reportagem sobre os arrombamentos de carros no centro histórico de Curitiba, me lembrei que 5 anos atrás o toca-CD do meu carro também foi roubado no Largo da Ordem. Agora minha dúvida é a seguinte: quem me roubou? A polícia ou o ladrão? Claro que não podemos generalizar, existem muitos policiais que cumprem o seu dever de forma digna, mas que a imagem da Polícia Militar do Paraná ficou manchada perante o Brasil inteiro, isso não podemos negar. Como diz um amigo meu: “Deus nos proteja dos policiais, que dos bandidos eu me viro”.

*Frank Heinrichs, economista
Curitiba, PR*

Indignação 3

A reportagem da RPC sobre os roubos de CDs nos carros de pessoas que estão passeando no Largo da Ordem é uma cena que não dá para acreditar. Quando pensamos que a Polícia Militar poderia coibir este tipo de delito, assistimos policiais militares roubando e, depois, emitindo boletim de ocorrência, sem a menor vergonha, na frente das vítimas. O que será feito pelas autoridades competentes: abrir sindicância administrativa – que leva anos para ser concluída – enquanto os policiais fazem trabalhos administrativos, ou, para dar o exemplo, expulsá-los imediatamente da corporação militar.

*J. J. Marocki
Curitiba, PR*

Indignação 4

No primeiro dia do seu governo o sr. Roberto Requião disse: "O secretário de Segurança sou eu. Acabou o problema de segurança, nesta capital e no estado. Vou prender todos os ladrões". E hoje somos obrigados a conviver com policiais subvertendo a ordem. Deviam proteger, mas roubam. Isto é inadmissível.

Gilmar Tadeu Strasbach
Curitiba, PR

Indignação 5

"Zerar a criminalidade na região é humanamente impossível". Com estas palavras, o secretário responsável pela nossa segurança definiu bem o caos em que se encontram as vidas dos cidadãos curitibanos. À mercê de delinqüentes, que estão ou presos ou fora da cadeia, agora nos deparamos com delinqüentes, marginais, bandidos e ladrões dentro dos quartéis. E os chefes destas quadrilhas acomodam-se e entregam nossas almas ao destino. O que fazer diante de tamanha incompetência e descaso? Dou duas idéias: face a fragilidade do estado, sugiro o Marcola para secretário de Segurança e o Fernandinho Beira-Mar para chefe do Comando da Capital (seria o CCC). Só nos resta fazer piada, pois é através de piadas, gracejos e falta de respeito ao cidadão que os políticos "cuidam" de nossas vidas; vamos eliminar os incompetentes pelo voto. Do alto de minha vida e experiência, só posso dizer uma coisa: nosso estado está sendo dirigido (?) por moleques despreparados para o cargo e as funções que estes cargos exigem.

Miguel Orleryk, professor aposentado
Curitiba, PR

B. Expediente encaminhado ao Jornal Gazeta do Povo



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO
GUATUPÊ
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA**



Ofício s/nº.
2007.

Curitiba, 14 de agosto de

Assunto: solicitação de pesquisa.

Senhor Vice-Presidente

Solicito a valiosa contribuição de Vossa Senhoria no sentido de participar na pesquisa que estou desenvolvendo no Curso Superior de Polícia, pela Academia Policial Militar do Guatupê em convênio com a Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – cujo tema selecionado é: **“POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS POR DANOS MORAIS COLETIVOS CAUSADOS À CORPORAÇÃO”**.

2. Nesse sentido, solicito a Vossa Senhoria os devidos préstimos no sentido de, se possível, encaminhar o quantitativo e qualitativo de notícias veiculadas por esse respeitável órgão versando sobre o cometimento, em tese, de crimes ou de quaisquer outras condutas consideradas nocivas à imagem da Corporação, por parte de policiais militares, nos últimos vinte meses (janeiro de 2006 a agosto de 2007).

3. Solicito ainda a Vossa Senhoria, com o devido acatamento, o encaminhamento da resposta no prazo mais breve possível (sugestão de quinze dias) em face do exíguo calendário para a conclusão da pesquisa.

4. Agradeço a atenção dispensada, colocando-me à disposição para quaisquer eventualidades pelo correio eletrônico celjvbecker@gmail.com e telefones (41) 9601-5943 e 3200-2119/3200-2451/3200-2752.

Respeitosamente,

Ten.-Cel. QOPM José Vilmar Becker,
Oficial-Aluno do CSP.

Ao Ilmo. Senhor Dr.
GUILHERME CUNHA PEREIRA
Vice-Presidente da RPC
Nesta Capital

C. Expediente encaminhado ao Jornal Estado do Paraná



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO
GUATUPÊ
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA**



Ofício s/nº.
2007.

Curitiba, 10 de agosto de

Assunto: solicitação de pesquisa.

Senhora Diretora

Solicito a valiosa contribuição de Vossa Senhoria no sentido de participar na pesquisa que estou desenvolvendo no Curso Superior de Polícia, pela Academia Policial Militar do Guatupê em convênio com a Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – cujo tema selecionado é: **“POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS POR DANOS MORAIS CAUSADOS À CORPORAÇÃO”**.

2. Nesse sentido, solicito a Vossa Senhoria os devidos préstimos no sentido de, se possível, encaminhar o quantitativo e qualitativo de notícias veiculadas por esse respeitável órgão versando sobre o cometimento, em tese, de crimes ou de quaisquer outras condutas consideradas nocivas à imagem da Corporação, por parte de policiais militares, nos últimos vinte meses (janeiro de 2006 a agosto de 2007).

3. Solicito ainda a Vossa Senhoria, com o devido acatamento, o encaminhamento da resposta no prazo mais breve possível (sugestão de quinze dias) em face do exíguo calendário para a conclusão da pesquisa.

4. Agradeço a atenção dispensada, colocando-me à disposição para quaisquer eventualidades pelo correio eletrônico celjvbecker@gmail.com e telefones (41) 9601-5943 e 3200-2119/3200-2451/3200-2752.

Respeitosamente,

Ten.-Cel. QOPM José Vilmar Becker,
Oficial-Aluno do CSP.

À Ilma. Senhora Dra.

YVONNE LUNARDELLI PIMENTEL

Diretora Superintendente do Jornal O Estado do Paraná

Nesta Capital

D. Expediente encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO
GUATUPÊ
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA**



Ofício s/nº.
2007.

Curitiba, 22 de agosto de

Assunto: Encaminhamento de questionário de monografia.

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral

Solicito a valiosa contribuição de Vossa Excelência no sentido de participar na pesquisa que estou desenvolvendo no Curso Superior de Polícia, pela Academia Policial Militar do Guatupê em convênio com a Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Sociais Aplicadas – cujo tema selecionado é: **“POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS POR DANOS MORAIS CAUSADOS À CORPORAÇÃO”**.

2. Nesse sentido, considerando a competência desse respeitável órgão para a defesa dos interesses do Estado do Paraná, encaminho a Vossa Excelência o rol de questões, solicitando, com o devido acatamento, os devidos préstimos no sentido de, se possível, encaminhar as respostas no prazo mais breve possível (sugestão de dez dias) em face do exíguo calendário para a conclusão da pesquisa.

4. Agradeço a atenção dispensada, colocando-me à disposição para quaisquer eventualidades pelo correio eletrônico celjvbecker@gmail.com e telefones (41) 9601-5943 e 3200-2119/3200-2451/3200-2752.

Respeitosamente,

Ten.-Cel. QOPM José Vilmar Becker,
Oficial-Aluno do CSP.

À Exma. Senhora Dra.
JOZÉLIA NOGUEIRA BROLIANI
Procuradora-Geral do Estado do Paraná
Nesta Capital



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA
ESPECIALIZAÇÃO AO NÍVEL ESTRATÉGICO DE DOUTORAMENTO
EM SEGURANÇA PÚBLICA



TEMA: POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES ESTADUAIS POR DANOS MORAIS CAUSADOS À CORPORAÇÃO .

1. Considera-se que sofre a Corporação (Polícia Militar) – e, por extensão, o Estado do Paraná – dano moral quando militares estaduais praticam, em tese, crimes, ou quaisquer outras condutas consideradas nocivas à imagem da Instituição, motivando divulgação nos órgãos da imprensa falada, escrita e televisada?
2. Em caso afirmativo, é viável a proposição de Ação de Indenização por danos morais? (Por gentileza, abordar aspectos relativos à viabilidade, como solvência do devedor, custo ao erário público com recursos materiais e humanos [procuradores, estagiários, etc], tempo para efetiva satisfação do crédito, dentre outros)
3. Apesar do contido no art. 37, §6.º da Constituição Federal, informar quantitativa e qualitativamente as eventuais condenações do Estado do Paraná no período de janeiro de 2006 a julho de 2007.
4. Nos eventuais casos de condenações, foram propostas ações de regresso contra os agentes causadores dos danos?
5. Em caso negativo, qual o motivo da não proposição da ação de regresso?

E. Resposta do Jornal Gazeta do Povo

1) Caso 1

CABELEIREIRA ACUSA POLICIAL DE TORTURA E AGRESSÃO SEXUAL

A cabeleireira Eliane Aparecida de Souza, 30 anos, protocolou queixa de agressão e atentado violento ao pudor contra um soldado da Polícia Militar de Curitiba. Ela conta que na madrugada do dia 15 de março foi seguida por uma viatura do Policiamento Ostensivo Volante (Povo) no bairro Sítio Cercado, depois de presenciar uma abordagem violenta de um dos policiais contra três rapazes.

Depois de sinalizarem para ela parar, o PM identificado como soldado Rodrigo teria descido do carro com a arma em punho gritando. “Ele (Rodrigo) encostou a arma na minha cabeça, me xingou de vagabunda, prostituta, e me mandou descer. Assim que eu desliguei o carro, ele me puxou pelo cabelo, me jogou contra a viatura, me algemou e começou a me bater”, relata.

Eliane afirma que depois foi levada para a quarta companhia do 13.º Batalhão (Bairro Novo) e ouvido ameaças de morte no trajeto: “Eu pego essa arma, dou um tiro para cima, mato ela e depois ponho a arma na mão dela”, teria dito o policial ao companheiro – soldado Jubilato. Este, segundo ela, em nenhum momento participou da agressão, mas nada fez para impedi-la.

Ao chegar ao batalhão, Eliane teria sido levada para uma sala, onde, segundo ela, foi novamente agredida por Rodrigo. Depois, o soldado teria aplicado uma gravata e começado a abusar dela. “Ele abriu minha calça e ficou mexendo em mim. Só quando entrou um policial de mais idade, que mandou o Rodrigo parar, é que ele me largou”, lembra.

Depois de sair do batalhão, Elaine foi levada para um posto médico para ser avaliada. A advogada dela, Ana Bacilla Munhoz da Rocha, conta que ela teve achatamento de vértebra, entre outros hematomas graves. “O laudo prova que ela foi agredida covardemente, além do atentado violento ao pudor”, afirma.

No mesmo dia, 15 de março, Eliane apresentou a denúncia no quartel central da PM, procedimento repetido na Delegacia da Mulher. O subcomandante do batalhão, major Sérgio Cordeiro de Souza, informou que poucos dias depois – quando o inquérito foi instaurado – os dois policiais foram afastados do trabalho de rua. Eles já foram ouvidos e negam todas as acusações.³¹

2) Caso 2

MORADORES ACUSAM PM DE ABUSO

Uma abordagem policial transformou a esquina das ruas David Tows e Paulo Mass, no Sítio Cercado, em Curitiba, em uma praça de guerra na noite de domingo. Pontapés, pedradas e disparos de bala de borracha acirraram o conflito, que envolveu cinco viaturas da Polícia Militar e dezenas de pessoas.

Os moradores acusam os policiais da Ronda Tático Motorizada (Rotam) de agressão e abuso de autoridade. Já a PM garante que foi acuada e teve de se defender ao atender uma ocorrência de perturbação do sossego num bar. Seis pessoas foram detidas e pelo menos cinco pessoas feridas.

Três rapazes com sinais de espancamento foram ao Instituto Médico Legal (IML) ontem à tarde fazer exame de corpo de delito. Um homem atingido por bala de borracha na cabeça e uma garota de 14 anos que teria levado um chute na perna também fizeram o exame.

“Os policiais dispararam contra a multidão a esmo”, relata o mecânico Silas Santos, 45 anos, preso por desacato ao defender o filho, um dos mais agredidos. Já a autônoma Sidnéia Maria de Carvalho ficou desesperada quando a filha entrou em casa correndo. “Ela chegou mancando dizendo que tinha apanhado da polícia.”

³¹ Publicado na edição impressa de 06/04/2006 da Gazeta do Povo.

Os detidos assinaram termo circunstanciado por desacato e resistência à prisão. Segundo o sargento João Szczpanski, que participou da ação, não houve excesso. “Desde a chegada da primeira viatura houve desacato e foi preciso chamar reforço. Na abordagem, alguém conseguiu derrubar um policial e aquilo inflamou a massa. Fizemos as prisões necessárias”, explica. Os moradores prometem um protesto para hoje³².

3) Caso 3

PM É PRESO COM MACONHA

O policial militar Tassio Valmir Schossler foi preso em flagrante neste fim de semana, com 2,5 toneladas de maconha, em Foz do Iguaçu. Ele estava com outras três pessoas no Jardim Jupira, bairro à margem do Rio Paraná. A droga estava num caminhão com a logomarca de uma empresa de alimentos. A operação foi realizada pela Promotoria e Investigação Criminal (PIC) e pela Polícia Militar, que apreenderam um carro Verona. Schossler, Gilberto Blodoff, Ronaldo Rocha da Silveira e Jéferson Roberto Teixeira foram encaminhados para a 6.^a Subdivisão Policial de Foz³³.

4) Caso 4

PMS ACUSADOS DE FURTO SÃO EXPULSOS

Os dois policiais militares flagrados pela reportagem do telejornal Paraná TV furtando um aparelho de som de um carro no Largo da Ordem, em Curitiba, há cerca de três meses, foram expulsos da corporação. O afastamento dos soldados Altenes Pinheiro, 37 anos, e Adriano Fronza, 34 anos, foi oficializado no dia 1.^o de novembro, por meio do Boletim Geral da PM. A decisão sobre a expulsão partiu do Conselho de Disciplina da corporação, que os julgou excluídos “pelo bem da disciplina e da moralidade da tropa”. Os policiais devem responder ainda pelo crime de furto, julgado pela Justiça Militar.

De acordo com o tenente-coronel da PM Jorge Costa Filho, o flagrante registrado pela equipe da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) pesou na decisão de expulsar os soldados. “Uma imagem vale mais do que mil palavras”, diz. “Eles foram avaliados indignos de continuar usando a farda da PM. Somos formados para proteger e cumprir a lei e fatos como esse nos remetem a uma grande indignação”, afirma Costa Filho.

Ele explica que o Conselho de Disciplina é um órgão interno da corporação formado para julgar casos que colocam em dúvida a honestidade, os princípios e a honra da polícia. No caso dos dois soldados, o conselho foi formado por um capitão e dois tenentes. A decisão final do órgão sobre o caso deve ser enviada à Justiça Militar para que seja juntada aos autos do processo.

Pinheiro e Fronza foram filmados no momento em que abriam a porta de um carro estacionado no Centro Histórico da capital e furtavam o aparelho de som. “É um fato lamentável, que não reflete a postura nem o comportamento da instituição”, lamenta o tenente-coronel.

Pinheiro, natural de Irati, estava na PM há 17 anos e o curitibano Fronza entrou para a corporação em 1992. As imagens foram feitas por uma equipe da RPC que investigava denúncias de roubos de carros na região central da cidade. Além do flagrante dos policiais, outras quatro pessoas foram filmadas arrombando veículos e furtando som e pertences pessoais das vítimas. Três delas estão presas³⁴.

5) Caso 5

POLICIAIS FLAGRADOS FURTANDO SOM EM CURITIBA JÁ ESTÃO NA CADEIA

Foram presos ontem de manhã os dois policiais militares flagrados pela TV Paranaense quando furtavam o aparelho de som de um carro estacionado no Largo da

³² Publicado na edição impressa de 15/08/2006 da Gazeta do Povo.

³³ Publicado na edição impressa de 29/01/2007 da Gazeta do Povo.

³⁴ Publicado na edição impressa de 08/11/2006 da Gazeta do Povo.

Ordem, no centro histórico de Curitiba. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), Adriano Fronza, de 34 anos, e Altenes Pinheiro, 37 anos, se apresentaram no início da manhã no 12.º Batalhão de Polícia Militar, depois de passarem a noite foragidos. À tarde, os dois foram encaminhados para o Centro de Observação e Triagem (COT), em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. A tendência é de que eles sejam expulsos da corporação.

A divulgação das imagens dos policiais cometendo um furto mexeu ontem com os aparatos da Sesp e da Polícia Militar. O secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nemésio Xavier, anunciaram uma entrevista coletiva para o início da tarde. Logo após a entrevista, às 16 horas, Pinheiro e Fronza foram colocados num camburão do Departamento Penitenciário (Depen), à vista de toda a corporação, e levados para o COT, acompanhados por quatro viaturas da Polícia Militar.

Segundo Delazari, os dois policiais fugiram assim que viram a matéria do telejornal Paraná TV-2.^a edição, no início da noite de segunda-feira. “Eles se encontraram durante a noite e ficaram rodando na região metropolitana de Curitiba. Se apresentaram pela manhã. Não tinham outra alternativa, porque a polícia inteira estava atrás deles”, disse o secretário, que classificou os policiais como “pivetes usando a farda da Polícia Militar.”

Abatidos

Nemésio Xavier disse que os outros policiais ficaram “abatidos” com a reportagem e revelou que faria uma reunião ontem à tarde com os demais comandantes. “Não podemos nos abater com essas imagens”, disse Xavier, que prometeu dar apoio às vítimas dos dois policiais. Por meio de nota oficial, o comandante chegou a pedir desculpas à população.

Pinheiro e Fronza vão enfrentar um Inquérito Policial Militar, com acompanhamento do Ministério Público do Paraná. O Conselho de Disciplina da PM vai decidir se eles serão ou não expulsos da corporação. Segundo Delazari, a expulsão poderá ser definida até a próxima sexta-feira. Além disso, eles serão indiciados por furto.

Os dois policiais chamados de “pivetes” pelo secretário de Segurança chegaram a ganhar medalhas de honra ao mérito na Polícia Militar. Em 31 de março de 2004, Adriano Fronza ganhou a “Medalha Policial Militar” de bronze, honraria destinada a praças e oficiais com bom comportamento e mais de dez anos na corporação. Pinheiro ganhou a mesma medalha, em 3 de maio de 2005. Os decretos foram publicados no Diário Oficial do Estado e assinados pelo governador Roberto Requião, pelo secretário Delazari e pelo então secretário-chefe da Casa Civil, Caíto Quintana.

Altenes Pinheiro, que é natural de Irati, está na PM desde julho de 1989. Já Adriano Fronza, que nasceu em Curitiba, entrou para a corporação em 23 de julho de 1992. As fichas dos dois, de acordo com a PM, eram “limpas”, ou seja, não continham nada que os desabonasse³⁵.

6) Caso 6

POLICIAL É MORTO POR COLEGAS

Um policial militar morreu durante tiroteio com os próprios colegas do 6.º Batalhão da Polícia Militar (BPM), em Cascavel (Oeste do estado), na noite de quinta-feira. Outros dois policiais ficaram feridos. O confronto aconteceu, segundo a polícia, quando o PM Evandro Marcos Bieluczyk, 30 anos, tentava extorquir R\$ 450 de um funcionário de posto de combustíveis. De acordo com a PM, para não prender o rapaz por porte ilegal de arma, Bieluczyk passou a cobrar propina. Ele já teria extorquido R\$ 100 e por volta das 23h30 voltou a procurá-lo para pegar o restante do dinheiro. A polícia já sabia da extorsão e dirigiu uma equipe ao posto. Quando a viatura chegou, Bieluczyk teria atirado contra os colegas e no revide foi alvejado na cabeça. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na ambulância. Bieluczyk tinha nove anos de corporação e era solteiro³⁶.

³⁵ Publicado na edição impressa de 09/08/2006 da Gazeta do Povo.

³⁶ Publicado na edição impressa de 25/11/2006 da Gazeta do Povo.

7) Caso 7

PRESO CAPITÃO DA PM

Cascavel – Um capitão da Polícia Militar (PM) da Paraíba foi preso na tarde de ontem acusado de tráfico de armas e contrabando de medicamentos provavelmente vindos do Paraguai. A prisão em flagrante dele e de outro passageiro aconteceu durante uma fiscalização de rotina Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-277, entre Cascavel e Santa Tereza do Oeste, no Oeste do Paraná.

O capitão Neubon Nascimento de Lima, 35 anos, viajava num Fiat Siena, MOT – 2639, de João Pessoa (PB), em companhia de Joab Ferreira de Pontes Júnior, 21 anos. Os dois foram abordados durante a barreira de policiais rodoviários da 4ª Delegacia da PRF de Cascavel, que descobriram armas, munições e medicamentos escondidos em compartimentos falsos.

Ao todo foram apreendidos 1.965 cartuchos de diversos calibres para pistolas e revólveres, 1.190 comprimidos para disfunção erétil e 39 ampolas de anabolizantes. O que mais chamou a atenção dos policiais foram duas pistolas irregulares, uma calibre 40 de origem austríaca e outra calibre 25 de fabricação italiana. A Polícia Federal vai prosseguir as investigações³⁷.

8) Caso 8

RAPAZES ACUSAM POLICIAL DE ROUBO

Dois rapazes registraram boletim de ocorrência em uma delegacia de Curitiba contra um policial civil por agressão e roubo. O segurança Adriano Schomberger do Carmo, 24 anos, e o metalúrgico Alessandro Paulo da Silva, 27, disseram que foram agredidos e roubados durante uma abordagem feita por um investigador do 10.º Distrito Policial da capital, na noite de 9 de julho.

Carmo e Silva disseram que foram surpreendidos pelo policial e mais cinco pessoas na Rua São José dos Pinhais, no bairro Sítio Cercado. “Ele se aproximou, se identificou e pediu para que pusessemos as mãos na cabeça. A partir daí começaram as agressões. Ele e mais um amigo deram dois tiros no chão, nos bateram, levaram R\$ 300, um celular e destruíram nosso carro. Estavam todos alcoolizados”, disseram.

Segundo um dos rapazes, o policial telefonado e proposto um acordo. “Ele pede pediu a gente aparecer no 10.º Distrito para fazer um acerto”, diz um dos denunciante. Segundo a superintendência do 10.º DP, o policial teria impedido uma briga no local onde os rapazes foram abordados³⁸.

9) Caso 9

ACUSAÇÕES CONTRA A PM JÁ AFASTARAM 16 POLICIAIS

Nos últimos oito meses, pelo menos cinco casos envolvendo supostos abusos de autoridade e violência cometidos por policiais militares chamaram a atenção da população paranaense e assustaram, principalmente, Curitiba e região. Dos 18 PMs envolvidos, dois foram expulsos da corporação e respondem a processos criminais. Os outros 16 estão, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), afastados das ruas, realizando apenas serviços administrativos.

Quatro dos cinco casos que envolvem PMs estão sendo investigados. Um deles já foi encerrado. A assessoria da Sesp informou que não pode fornecer detalhes sobre os inquéritos e processos, já que eles são sigilosos e administrativos, ou seja, são procedimentos internos da PM.

³⁷ Publicado na edição impressa de 12/02/2007 da Gazeta do Povo.

³⁸ Publicado na edição impressa de 17/07/2007 da Gazeta do Povo.

O mais recente ocorreu no último sábado, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (RMC). Um estudante, que não quis ser identificado, afirmou que estava com um amigo em seu carro quando uma viatura da Polícia Militar os abordou na Avenida das Torres. Os quatro policiais teriam atirado para o alto, revistado e agredido os dois com tapas, além de agressão verbal.

Flagrante

O primeiro caso a ganhar repercussão foi em 7 de agosto de 2006, quando dois policiais militares foram flagrados pelas câmeras da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) furtando um CD player de um automóvel no Largo da Ordem, no Centro de Curitiba. Uma viatura da PM se aproximou de um carro e um dos policiais aproveitou o momento para furtar o aparelho.

Os policiais Adriano Fronza, 34 anos, e Altemis Pinheiro, 37 anos, foram expulsos da Polícia Militar em novembro. Alguns dias antes, eles haviam conseguido a liberdade provisória para acompanhar o caso. Atualmente, segundo a Sesp, como foram expulsos, o caso foi encerrado.

De lá para cá, a PM foi acusada de ser responsável por duas execuções e um golpe do falso seqüestro. No sábado de carnaval, o pedreiro Édson Elias dos Santos, de 28 anos, foi morto com oito tiros, seis nas costas, por policiais militares, durante uma abordagem no Largo da Ordem. Depois, no fim do mês passado, o carregador Felipe Osvaldo da Guarda dos Santos, de 19 anos, foi morto com 30 tiros por policiais militares das Rondas Ostensivas Tático Móvel (Rotam) no Tatuquara, na capital.

Neste último caso, o governador Roberto Requião chegou a comparar a ação dos policiais a um tipo de “esquadrão da morte”. Para piorar o rol de suspeitas, na semana passada, um casal, que preferiu não se identificar, foi vítima do golpe do falso seqüestro, em Colombo, na RMC. Para a surpresa da família, parte das ligações partiu de uma central da Polícia Militar³⁹.

10) Caso 10

CÂMERA DE CELULAR FILMA ADOLESCENTE SENDO AGREDIDO POR POLICIAIS MILITARES

Londrina – Um vídeo gravado pela câmera de um celular flagrou policiais militares da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) agredindo um adolescente de 15 anos na última segunda-feira, no Jardim Nossa Senhora da Paz, em Londrina. A gravação, feita perto das 18h15, mostra quase sete minutos de ameaças, chutes, cotoveladas e intimidações contra o jovem. O filme foi gravado por um trabalhador do bairro.

As cenas mostram um rapaz encostado no muro da Rua Seringueira, entrada do bairro, sendo revistado por dois policiais militares. Durante a ação, recebe uma cotovelada nas costas e um tapa na nuca. Entre dezenas de pessoas que viram a abordagem, uma mulher protesta contra a violência e recebe a resposta, mal-educada, de um dos policiais: “Ninguém ‘tá’ brincando aqui. ‘Tamo’ dando oportunidade para ele se explicar. Ele não é menor para traficar? ‘Tá’ errado. Tem que ser maior. ‘Tá’ errado”, diz o policial.

Quatro PMs participam da abordagem enquanto o adolescente permanece imóvel, sem reagir, encostado no muro. Quando um dos policiais afirma que é para liberar o adolescente, um PM desfere um soco na cabeça e outro lhe dá um chute. O rapaz sai correndo, os policiais entram na viatura e deixam o local.

O autor das imagens afirma que antes da gravação o adolescente já havia sido agredido com socos no rosto e pontapés. “Ele ficou cheio de hematomas. A boca e o nariz sangravam bastante”, lamenta. Segundo o trabalhador, o adolescente voltava do Centro Comunitário do Jardim do Sol, onde estuda em um curso destinado a jovens de baixa renda. O jovem teria sido confundido com um integrante do grupo que vendia drogas numa esquina próxima.

Por determinação do coronel Joacyr José da Silva, comandante da PM na cidade, um procedimento administrativo foi instaurado para investigar o caso. De acordo com o assessor de comunicação da PM, Ricardo Eguedis, que viu as imagens, o primeiro passo

³⁹ Publicado na edição impressa de 13/03/2007 da Gazeta do Povo.

da investigação é verificar as escalas da última segunda-feira para identificar todos os policiais que estavam de serviço. Um deles já foi reconhecido⁴⁰.

11) Caso 11

MOTORISTAS RECLAMAM DAS ABORDAGENS DA POLÍCIA

Uma medida adotada pela Polícia Militar no combate ao assalto a taxistas tem sido as abordagens em locais considerados perigosos, o que tem gerado reclamações entre os profissionais. Taxistas dizem que muitas vezes a polícia os trata como suspeitos ou cúmplices da pessoa abordada. “A polícia tinha de colocá-lo de lado, porque ele tem identificação, e abordar os demais. Se houver algum problema, o taxista está à disposição para prestar esclarecimentos”, diz o presidente da Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba, Édson Fernandes.

Diante da reclamação, o major da PM Douglas Dabul diz que há situações realmente vistas com suspeita. “Tudo deve ser visto num contexto. Se alguém chama um táxi de madrugada para carregar um monte de objetos, por exemplo, é preciso ficar atento, pois isso não é normal. Ninguém vai carregar equipamentos de informática durante a madrugada, a não ser que haja todo um histórico”, argumenta. “É esse vínculo que o policial tenta fazer e, nesses casos, no mínimo o taxista é uma testemunha”, explica.

Segundo Dabul, muitos ainda vêem as abordagens como incômodo. “Alguns aceitam sem reclamar, mas outros entendem como desconforto para o cliente. Estamos tentando conscientizar os taxistas de que as abordagens são uma ação preventiva.” A falta de estatísticas é outro problema e mascara a realidade. Uma das centrais de rádio-táxi revela que teve um profissional assassinado a facadas no início do ano. Em 2004, pelo menos cinco foram mortos em Curitiba e região metropolitana. No ano passado, foram quatro mortes. A média anual chega a mil assaltos.

José Augusto Soavinski, diretor da União Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná (Uniconseg) e presidente do Conselho Comunitário de Segurança do bairro Bacacheri, revela que nos locais evitados pelos taxistas muitos são obrigados a pagar uma espécie de “pedágio” para os assaltantes. “Tem taxista que paga para entrar, os demais são assaltados”, diz. Segundo ele, o pedágio não é cobrado apenas de taxistas, mas também de caminhões. “Varia de R\$ 1 a R\$ 5 e são vários por dia”, relata.

Para Soavinski, só há áreas críticas devido à falta de policiamento. “Se a polícia está no local todos os dias, não há setor crítico. Mas tem de ficar 24 horas por dia no local, não só no fim de semana ou em operações especiais”, diz. “Quando chega a temporada, fazem a Operação Verão e enchem as praias de policiais. Queremos uma operação com essa durante o ano inteiro, em todas as cidades”, reivindica (JML)⁴¹.

12) Caso 12

PM INVESTIGA AÇÃO DE POLICIAIS EM GOLPE DO FALSO SEQÜESTRO

Depois da suspeita de manter um esquadrão da morte, levantada pelo próprio governador Roberto Requião, a Polícia Militar se viu envolvida em mais um suposto crime ontem. Uma família de Colombo, na região metropolitana de Curitiba, vítima do golpe do falso seqüestro na segunda-feira passada, afirma que duas das várias ligações feitas pelos golpistas partiram de dois ramais de uma central da Polícia Militar.

O comando da PM confirmou as ligações, mas justificou que as chamadas eram fruto de investigação e que o telefone celular da vítima estava clonado. Hipótese pouco provável, já que a operadora TIM informou que a clonagem do aparelho com sistema GSM é praticamente impossível. Depois disso, em nota publicada na Agência Estadual de Notícias, o comando da PM alegou um mal-entendido, afirmando que não se tratava de clonagem, mas que o telefone da vítima estaria programado com o serviço siga-me, que transfere as chamadas para outro aparelho.

⁴⁰ Publicado na edição impressa de 06/04/2007 da Gazeta do Povo.

⁴¹ Publicado na edição impressa de 13/11/2006 da Gazeta do Povo.

A história veio à tona numa reportagem da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), veiculada no ParanáTV – 1.^a edição. Em entrevista coletiva no quartel do comando-geral da PM, o coronel Nemésio Xavier de França, comandante da corporação, informou que abriu uma investigação pedindo a quebra do sigilo telefônico dos ramais usados para ligar para a vítima a fim de rastrear todas as ligações feitas e recebidas no local. A assessoria de imprensa da Brasil Telecom informou que ainda não recebeu o pedido.

A PM alega que tudo não passou de um equívoco, mas que tomou todas as providências, afastando os policiais que usaram os telefones. Depois disso, a polícia apresentou as vítimas. Elas falaram sobre o golpe, a pressão dos bandidos e as últimas ligações recebidas dos telefones da PM.

O coronel Xavier disse durante a entrevista coletiva que havia provas da clonagem, prometendo rapidez na elucidação do caso. “O casal informou que o telefone estava clonado. O policial ligou e falou com o cidadão que estava ameaçando de seqüestro, tentando extorquir dinheiro”, disse.

“É preciso deixar bem claro que a PM pediu para a operadora informações das ligações feitas e recebidas para anexar ao nosso procedimento administrativo. A nossa resposta à população é que estamos apurando com rigor”, disse o coronel Xavier.

O comandante explicou que um oficial do serviço reservado da PM, a P2, falou com o seqüestrador numa das ligações. Na outra, o contato foi direto com a vítima, o que provaria a clonagem. No entanto, a informação sobre a clonagem foi retificada pela PM no fim da tarde.

Ligando a nova informação à versão das vítimas, a hipótese de clonagem sob o ponto de vista da conversa do oficial da P2 com o golpista seria frágil. O casal afirmou que atendeu as duas ligações feitas dos telefones da central da PM. O marido atendeu a primeira chamada à noite, por volta da meia-noite, e chegou a bater boca com o policial, porque ele teria feito pouco caso com a situação do golpe. A esposa atendeu a segunda. Ela achou semelhantes às vozes que ouviu durante as ligações. “Que elas eram parecidas, eram. Na última eles estavam tirando sarro”, disse a mulher.

A delegada Márcia Marcondes, titular da delegacia do Alto Maracanã, em Colombo, que registrou a extorsão, já sabia que o telefone não estava clonado. Ela explicou que é comum o golpista ligar e pedir para digitar o serviço siga-me. A delegada confirmou que a PM também estava no caso. No entanto, as investigações estão na estaca zero. Durante a extorsão, os golpistas pediram R\$ 5 mil. A família cedeu à chantagem, mas entregou apenas R\$ 290 em créditos para o celular dos criminosos. A TIM informou que não poderia confirmar se o se o celular tinha ou não siga-me ativado⁴².

13) Caso 13

PMS PRESOS ACUSADOS DE AGREDIR DENTISTA

Quatro policiais militares do 17.º Batalhão foram presos, em flagrante, na noite de quarta-feira, acusados de terem agredido o dentista Frederico Ribeiro Deliberador, de 24 anos, durante uma abordagem policial. Os soldados Márcio Henrique Santana, Celso Antônio Bernatzki, Juraci Pereira Calado e José Afonso Pereira, acusados do crime, estão detidos na sede do 17.º Batalhão e serão julgados pela Justiça Militar.

Em seu depoimento, Deliberador afirma que ele e a mãe teriam sido abordados, por volta das 20 horas de quarta-feira, quando trafegavam pela Rodovia dos Minérios, em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba. O Corsa que o dentista ocupava recebeu sinal de luz de uma viatura e parou no encostamento. Os policiais teriam dado ordem para que Deliberador saísse com as mãos para cima e encostasse no capô do veículo.

O dentista afirma, em seu depoimento, que questionou o motivo da abordagem e se negou a encostar no veículo com as mãos para cima. O rapaz também teria colocado seus documentos sobre o veículo e, após se identificar como dentista, questionou o tratamento que recebia. Nesse momento, Deliberador afirma ter sido detido por um dos policiais com uma gravata e algemado. Ao ser conduzido para a viatura, ele teria levado uma coronhada do policial identificado como Celso Bernatzki.

⁴² Publicado na edição impressa de 09/03/2007 da Gazeta do Povo.

O tenente-coronel Marcos Scheremeta, comandante do 17.º Batalhão e responsável pela decisão de prender em flagrante os quatro policiais, disse que houve exagero na ação dos soldados. “Tínhamos cinco policiais cuidando de uma pessoa algemada. Não havia porque dar uma coronhada em alguém sem defesa”, ressalta. No depoimento, o dentista isenta de culpa um dos soldados que o abordaram.

Com o episódio de ontem, já são cinco os casos de abuso de autoridade e violência que teriam sido cometidos por policiais militares durante abordagem em menos de um mês. Pelo menos 18 PMs estão sendo investigados pelo Comando da Polícia Militar.

No último fim de semana, um estudante universitário, que não quis se identificar, foi abordado por quatro policiais na Avenida das Torres, em Curitiba. Ele e um amigo teriam sido agredidos física e moralmente pelos soldados, que também integram o 17.º Batalhão da PM. Na última segunda-feira, foi aberto um inquérito para investigar o caso. “Estamos agindo com coerência. Todas as denúncias de abuso serão investigadas e, quando houver confirmação, os responsáveis serão punidos”, salientou Scheremeta.

Vítima teria ameaçado os policiais

O advogado dos policiais militares, Artur de Abreu, tem uma versão diferente para o episódio. Segundo ele, o dentista Frederico Deliberador teria se negado a cooperar e desacatado os policiais durante a abordagem. “Por esse motivo ele foi preso”, explica. O advogado afirma que não foi desferida nenhuma coronhada e que o dentista teria se ferido ao entrar no carro da polícia.

Para Abreu, o que houve foi uma inversão de culpados motivada por pressões externas. “No auto de prisão lê-se que a decisão partiu do secretário de Segurança Pública [Luiz Fernando Delazari]. Isso mostra que a decisão partiu de cima, a partir de uma série de ligações telefônicas”, afirma o advogado, para quem o fato de Deliberador ser irmão e filho de promotores de justiça viciou o caso. “A todo momento o rapaz afirmou aos policiais que tinha parentes promotores e os ameaçou, dizendo que ia ferrá-los.”

O coronel Marcos Scheremeta, que efetuou a prisão dos PMs, afirma que não houve nenhum tipo de direcionamento na sua decisão, mas admite que foi informado do caso pelo seu superior, o coronel Amaro do Nascimento Carvalho, comandante do policiamento da capital⁴³.

14) Caso 14

POLICIAIS MILITARES SÃO ACUSADOS DE EXECUTAR RAPAZ NO LARGO DA ORDEM

Seis policiais militares acusados de envolvimento na morte de Édson Elias dos Santos, 28 anos, na madrugada de sábado, no Largo da Ordem, em Curitiba, foram afastados de suas funções até a conclusão do inquérito que apura o caso. Morador de Rio Branco do Sul, na região metropolitana da capital, Santos foi morto com vários tiros nas costas, depois de uma abordagem policial.

A versão oficial da PM é que os policiais foram chamados para atender uma suspeita de roubo de carro. Santos, que estava com mais duas pessoas, teria reagido à abordagem atirando. Os policiais chegaram a mostrar uma viatura baleada e disseram ter encaminhado os outros dois suspeitos, além da arma de Santos, para o 8.º Distrito Policial, no bairro Portão. Segundo o telejornal Paraná TV de ontem, no entanto, no 8.º DP não há registro de que duas pessoas tenham sido encaminhadas pela PM na noite de sexta-feira para sábado.

Ontem, o policial de plantão na assessoria de comunicação da PM informou que os dois teriam sido liberados após a ocorrência. No Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba consta apenas o registro da morte de Santos, que teria dado entrada no Hospital Evangélico já morto, cerca de 20 minutos depois da meia-noite de sábado.

Uma testemunha, que não quis se identificar por medo de represálias, negou ao Paraná TV que Santos estivesse armado no momento da abordagem. “Não vi arma nenhuma. O policial pediu para ele parar e ele parou. Ergueu a mão para cima, foi se entregar, só que desceu um outro policial da rua de cima. Desceu e não falou nada,

⁴³ Publicado na edição impressa de 16/03/2007 da Gazeta do Povo.

simplesmente começou a atirar. Outro policial que estava atrás ajudou a atirar também”, disse a testemunha.

No boletim do IML não consta o número de tiros com que Santos foi morto, mas o pai dele Adival dos Santos calcula que foram aproximadamente 15. “Eu não sei como ele foi morto, só sei que ele tem uns 15 tiros. As costas dele estão uma peneira”, afirmou. “Eu quero uma explicação de qualquer jeito. Eu como mãe não agüento ver isso aí, quero uma explicação”, disse a mãe do rapaz, Iraíde dos Santos. O laudo sobre a morte do rapaz deverá sair em 20 dias.

Em janeiro de 2004, policiais do 12.º Batalhão de Polícia Militar (responsável pelo patrulhamento na região do Largo da Ordem) foram acusados de atear fogo a um adolescente, que teve pelo menos 50% do corpo queimado (JML)⁴⁴.

15) Caso 15

Policial militar preso em flagrante pode ser expulso

O cabo da Polícia Militar Juliano Milani, 28 anos, preso pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) por suposta participação em um desmanche de veículos, será investigado pela corporação e pode até ser expulso da PM. A prisão ocorreu na noite de terça-feira durante operação da PRF para dismantelar um esquema de desmanche de automóveis. Outros dois homens foram presos, oito veículos foram encontrados e outros três apreendidos. Os carros estavam em uma região de mata fechada em Campina Grande do Sul, na região metropolitana de Curitiba (RMC), onde eram desmontados.

Além de Milani, estão detidos Alcides Fonseca, 32 anos, e Sidiclei Rodrigues dos Santos, 29 anos. Outros três homens fugiram pela floresta após trocar tiros com os policiais.

A ação teve início há 15 dias, quando a PRF passou a monitorar áreas da RMC que fazem parte da rota de automóveis roubados na capital. Com imagens aéreas, os policiais identificaram carros entre árvores, próximos a uma clareira, no meio da floresta, a 10 quilômetros da BR-116 e com acesso extremamente difícil. “As copas das árvores encobriam o negócio e facilitavam o trabalho. Peças de carros eram escondidas em arbustos”, afirma o coordenador da operação, Marcelo Cidade Vieira. Agora, a PRF trabalha para descobrir quem eram os receptadores das peças⁴⁵.

16) Caso 16

PROBLEMA ATINGE PM E POLÍCIA CIVIL

Os policiais militares Altenes Pinheiro e Adriano Fronza, presos ontem pela manhã por furto, não são os únicos membros da corporação a cometer crimes. Se eles forem excluídos da PM, como prevê o secretário de estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, a Polícia Militar vai chegar à marca de 29 expulsões neste ano. Os dados foram repassados pela assessoria da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Desde 2003, 138 policiais militares foram excluídos da corporação, segundo a Sesp “para servir como exemplo”. Nos últimos três anos foram aplicadas 3.917 punições, incluindo impedimentos disciplinares, repreensões, detenções e até prisões. De janeiro a agosto deste ano foram abertos 405 inquéritos policiais militares (que envolvem suspeitas de crimes), 151 sindicâncias (que são abertas mediante denúncia), 32 conselhos de disciplina (que podem definir a expulsão dos policiais) e dois conselhos de justificação (destinados a oficiais).

Na Polícia Civil, a Sesp já colocou 143 policiais na cadeia entre janeiro de 2003 e julho deste ano. Outros 50 policiais foram demitidos, 62 estão em processo de exclusão e outros ainda estão sendo investigados, de acordo com a Sesp. De janeiro a julho deste

⁴⁴ Publicado na edição impressa de 20/02/2007 da Gazeta do Povo.

⁴⁵ Publicado na edição impressa de 05/01/2006 da Gazeta do Povo.

ano, 37 policiais civis foram presos, entre eles os envolvidos em uma rede de extorsão a supostos pedófilos.

Para o secretário Luiz Fernando Delazari, os números mostram que o governo tem combatido a corrupção policial. “Não há dúvidas de que o trabalho é de limpeza”, disse ele. “A corrupção policial é a mais odiosa que existe. O policial ganha farda, viatura e arma e tem acesso livre a logradouros públicos. Ele não pode usar essas prerrogativas para atividades criminosas.” (JML)⁴⁶

17) Caso 17

BRUTALIDADE DA PM PIORA CRISE

Há cerca de um ano, em um Atlético e Paraná, na Arena, Naraiana Cardoso, de 16 anos, levou um tiro de borracha no olho disparado pela polícia, passou por várias cirurgias e, hoje, tem de usar uma lente de 11 graus para conseguir enxergar bem. Fanática por futebol, voltou aos estádios acompanhada pelo pai, mas só frequenta partidas de um time só – que não tenha torcedor adversário.

Há cerca de 30 anos, M.J., ex-torcedor atleticano que prefere não se identificar, atualmente com 55 anos, apanhou da polícia em um Atletiba, simplesmente porque o policial militar achou que havia sido ele quem o alvejara com um saquinho de urina. O soldado olhou no meio da multidão e subiu pelas arquibancadas até, para surpresa do torcedor, acertá-lo com o cacete nas costas. Desde então, M.J. nunca mais frequentou um estádio de futebol.

Dois exemplos separados pelo tempo, mas que comprovam outra constatação do estudo do Ministério do Esporte: a violência não parte apenas da torcida, mas também de policiais mal preparados.

“Até hoje, na maioria dos estádios, quem cuida da segurança ainda é o policiamento de batalhão de choque. É necessário criar uma polícia especializada. O soldado tem de entender, por exemplo, das frustrações que levam os torcedores a violência... Nos estádios, a polícia tem de ser preventiva e não repressiva”, afirma Heloisa Reis, professora da Unicamp e especialista em violência nos estádios, assunto que pesquisa já há 11 anos.

Entre os erros na ação tradicional da polícia, estaria o pensamento de que, se houver enfrentamento, a saída é sempre bater. “Na Inglaterra, eles verificaram que grande parte dos torcedores iam ao estádio exatamente para esse confronto com a polícia. E mudaram radicalmente a atitude”, complementa Marco Aurélio Klein.

De acordo com a Polícia Militar do Paraná, não existe um policial apenas para o futebol, mas em seu treinamento ele recebe instruções também para essa especificidade. “Infelizmente, a torcida não é qualificada. Mesmo que o torcedor fale que o problema ocorreu pela interferência da polícia. Nós só interferimos se existe um conflito na torcida”, diz o major Dabul, responsável pelo planejamento da PM na capital⁴⁷.

18) Caso 18

DEPOIS DE DENÚNCIA CONTRA PM, O MEDO DA POLÍCIA

Depois de ter denunciado na semana passada que foi agredida por um policial militar do 13.º Batalhão de Curitiba, a cabeleireira Eliane Aparecida de Souza, de 30 anos, diz que vem sendo vítima de perseguições e tentativas de intimidação. Segundo ela, após o seu caso ter sido encaminhado ao comando do batalhão e à Delegacia da Mulher, viaturas têm feito “rondas especiais” na região da casa onde ela está hospedada, no bairro Sítio Cercado (Eliane mora na Espanha), e perseguido seu carro.

O caso de Eliane ocorreu na madrugada de 15 de março. De acordo com a cabeleireira, tudo começou quando ela e três pessoas que estavam no seu carro viram dois policiais militares abordando três rapazes. Ela conta que foi perseguida pela viatura e que um dos policiais a puxou pelos cabelos, a xingou e a agrediu. Foi levada para a

⁴⁶ Publicado na edição impressa de 09/08/2006 da Gazeta do Povo.

⁴⁷ Publicado na edição impressa de 01/10/2006 da Gazeta do Povo.

quarta companhia do 13.º Batalhão, que fica no Bairro Novo, onde teria sido vítima de mais agressões.

Agora, Eliane vive com medo. “Sempre tem gente rondando”, diz ela. A suposta perseguição alterou a rotina da cabeleireira: muda seus caminhos todos os dias, procura dormir na casa de amigos e utilizar carros diferentes, emprestados de amigos. “Só saio de casa durante o dia e acompanhada”, afirma.

Trauma

O medo anda acompanhado de trauma. “Mal consigo dormir, tenho pesadelos e acordo gritando.” As agressões físicas, confirmadas por um laudo, segundo a advogada de Eliane, Ana Bacilla Munhoz da Rocha, também têm dificultado a vida da cabeleireira. “Não sei se por causa das pancadas na cabeça ou dos chutes que levei, às vezes me dá um branco quando estou dirigindo. Tenho de parar e raciocinar melhor.” Com tudo isso, ela se arrependeu de fazer a denúncia? Não, garante, apesar dos apelos da família para que ela não denunciasse o caso. “A única coisa que tenho é meu nome e não posso ser chamada de prostituta [como ocorreu]”, diz Eliane, que mora em Valência, na Espanha, e veio ao Brasil a passeio. “Não vou admitir que me tratem desse jeito no meu próprio país”, afirma. “No Brasil, há o costume de não se denunciar nada. Eu não posso ficar quieta.”

O comando do 13.º Batalhão afastou do trabalho de rua os dois soldados envolvidos na ocorrência e abriu um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o caso. Os dois negam as acusações. De acordo com Ana Bacilla Munhoz da Rocha, Eliane sofreu achatamento de vértebra e vários hematomas. Depois de concluído, o IPM será enviado ao Ministério Público, que poderá oferecer denúncia contra os soldados.

Na última sexta-feira foi ouvida a amiga da cabeleireira que teria testemunhado a agressão. Eliane adiou sua volta à Espanha para esperar a conclusão do caso⁴⁸.

19) Caso 19

PF PRENDE 13, INCLUINDO POLICIAIS

A Polícia Federal prendeu ontem quatro policiais civis, um carcereiro e outras nove pessoas em Curitiba e Almirante Tamandaré, a partir das investigações do assalto ao Jockey Club do Paraná, ocorrido em 27 de outubro. Os presos são acusados de tráfico de drogas, latrocínio (assalto seguido de morte), extorsão e formação de quadrilha. Os policiais civis são do 11.º Distrito, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e o carcereiro trabalhava na delegacia de Almirante Tamandaré.

Além dos policiais, a operação prendeu os cinco suspeitos do assalto ao Jockey Club – na ocasião, a quadrilha levou dinheiro, jóias e celulares de um grupo de frequentadores e um malote com R\$ 30 mil. Um dos presos, chamado Marcelo (o sobrenome não foi revelado pela PF), é acusado de ter dado o tiro que matou o policial militar Júlio César Bales. Ele estava na viatura da Rondas Ostensivas Tático Motorizadas (Rotam) que abordou o carro dos assaltantes. Na ação no Jockey, os criminosos utilizavam coletes da Polícia Civil, que teriam sido fornecidos pelos policiais presos ontem. Além do policial militar, morreram na troca de tiros dois assaltantes, Levi da Cruz e Milton Alves.

Os quatro policiais foram presos em um bar no bairro Hauer. Eles estariam acertando uma transação de drogas com traficantes da região. Na viatura utilizada pelos policiais civis, a PF encontrou cocaína (até o fechamento da edição, os agentes federais ainda não haviam determinado o volume total de entorpecente encontrado) e, nos bolsos dos policiais, o dinheiro da transação da droga. A PF investiga agora se há envolvimento de outros policiais civis com a quadrilha.

Agentes da corregedoria da Polícia Civil estavam ontem na sede da PF. Se comprovadas as acusações, os policiais podem sofrer sanções da corporação. A ação contou com colaboração da Promotoria de Investigação Criminal (PIC), do Centro de Operações Especiais (Cope) da Polícia Civil e da Ronda Ostensiva de Natureza Especial (Rone).

A prisão dos policiais civis desencadeou a detenção dos outros acusados de participação na quadrilha. Em Almirante Tamandaré, um agente carcerário foi preso

⁴⁸ Publicado na edição impressa de 09/04/2006 da Gazeta do Povo.

próximo a um ferro velho. Suspeita-se que ele tenha também ligação com desmanche de carros. Na operação, foram apreendidos quatro automóveis: um Gol (a viatura que estava com os policiais), um Fiat Tempra, um Fiat Tipo e um Audi. A última prisão ocorreu ontem, no começo da noite. Um homem foi preso no terminal do Pinheirinho⁴⁹.

20) Caso 20

PMS ACUSADOS DE FACILITAR CONTRABANDO

Foz do Iguaçu – Quatro policiais militares, entre eles um capitão, acusados de facilitar o contrabando na Costa Oeste, região do Lago de Itaipu, foram presos ontem pela manhã durante a Operação Comandos, da Polícia Federal (PF). Eles estariam atuando com o ex-policia militar Celso Schnaider, que estava foragido até o início da noite. Todos são suspeitos de praticar crimes de corrupção ativa, descaminho, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A PF prendeu o capitão Nivaldo Marcelos da Silva, o sargento Paulinho Pereira dos Santos e os soldados Valdesir Bett e Luiz Carlos da Rocha durante diligências feitas nos municípios de Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira, região de Foz do Iguaçu. Os agentes da PF agiram com base em cinco mandados de prisão temporária expedidos pela Justiça Federal de Foz do Iguaçu, e dez mandados de busca e apreensão. Durante as buscas, foram retidos documentos e papéis.

Os PMs estariam recebendo propina de contrabandistas para fazer vistas grossas às mercadorias que saíam do Paraguai e eram levadas até o lado brasileiro para serem distribuídas.

O comandante do 14.º Batalhão da PM de Foz do Iguaçu, tenente-coronel Honório Simião Carneiro, diz que a PM abriu inquérito há quatro meses para investigar os policiais após receber denúncia anônima, procedimento que facilitou as prisões. “O inquérito corre em sigilo. Quem vai julgá-los será a Justiça Federal”, diz.

A denúncia anônima, que teria partido dos próprios contrabandistas após um desentendimento com os policiais, foi recebida pelo 19.º Batalhão, com sede em Toledo, mas coube ao 14.º Batalhão fazer a investigação, porque na época os PMs estavam lotados em Foz do Iguaçu. A PM também determinou que o Ministério Público Federal acompanhasse o caso. Até o fim da tarde de ontem, os PMs presos prestavam depoimento na PF de Foz do Iguaçu. Eles seriam encaminhados ao quartel da PM na cidade.

O capitão Nivaldo ingressou na PM em 1988. O sargento Paulinho e o soldado Valdesir começaram a atuar na corporação em maio de 1994, enquanto que o soldado Luiz Carlos é da turma de 1995. Todos poderão ser expulsos da corporação.

Schnaider era soldado da PM até o dia 25 de agosto, quando saiu a confirmação do pedido voluntário de desligamento dele da instituição. Ele resolveu afastar-se da corporação no mesmo dia em que a PM finalizou e protocolou a abertura de inquérito policial do caso junto ao poder judiciário⁵⁰.

21) Caso 21

PMS SÃO SUSPEITOS DE FURTO EM QUARTEL

Ponta Grossa – Três policiais militares são investigados num Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado no 1.º Batalhão de Polícia Militar de Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Investigações conduzidas por oficiais indicam que os três furtaram, de dentro do quartel, peças de computadores, latas de óleo automotivo e componentes de máquinas caça-níqueis apreendidas em operações policiais. Os policiais não tiveram os nomes divulgados. Eles foram remanejados para outras funções e continuam trabalhando normalmente.

Na última quinta-feira foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas casas dos suspeitos, em Ponta Grossa e Curitiba. Na capital foi apreendido um computador,

⁴⁹ Publicado na edição impressa de 22/12/2006 da Gazeta do Povo.

⁵⁰ Publicado na edição impressa de 16/09/2006 da Gazeta do Povo.

retirado do quartel sem autorização por um dos policiais investigados, que está realizando um curso oferecido pela corporação. Existe ainda a suspeita de que os componentes das máquinas caça-níqueis estariam sendo vendidos a comerciantes de Ponta Grossa que ainda mantêm os equipamentos em seus estabelecimentos. O inquérito, aberto na última semana de junho, deve ser encerrado no início de agosto, mas pode ser prorrogado por mais 20 dias.

A relações públicas do 1.º Batalhão, aspirante Natália Marangoni, afirma que não há corporativismo, apesar de a investigação ser realizada dentro do próprio Batalhão. “A investigação se dá de forma neutra”, alega. Ela reconhece que o envolvimento de policiais em crimes prejudica a imagem da corporação. “Mas a população tem consciência de que se trata de um fato isolado.”

Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública, desde 2003 foram presos 652 policiais militares em todo o estado. Para o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública da instituição, Pedro Bodê, a seleção dos profissionais apresenta falhas. Além disso, segundo ele, os policiais espelham a “cultura da violência”, que faz com que as pessoas achem normais desvios de conduta⁵¹.

22) Caso 22

POLICIAL É ACUSADO DE FURTAR CELULAR

A Polícia Militar abriu inquérito para investigar o envolvimento de um soldado do 4.º Batalhão da PM no furto de um telefone celular, em Maringá. O caso teria ocorrido em agosto do ano passado, quando a casa do jogador da seleção brasileira de vôlei, Ricardo Garcia, o Ricardinho, foi assaltada. Os ladrões levaram 30 mil euros e o policial teria aproveitado o atendimento da ocorrência para pegar o telefone na casa. Após a Polícia Civil rastrear os telefonemas, o policial confessou o furto. Ele poderá ser expulso da corporação⁵².

23) Caso 23

POPULAÇÃO DO CENTRO DUVIDA DA MELHORIA NO POLICIAMENTO

Episódios como o flagrante de dois policiais militares furtando o som e o celular que estavam num veículo estacionado no Largo da Ordem, em Curitiba, levado ao ar pela RPC na segunda-feira, diminuem a confiança que a população deposita na polícia. Em uma caminhada pelo centro da cidade, no entanto, é possível constatar que nem são necessárias as denúncias na imprensa para isso: pessoas ouvidas pela reportagem afirmam que estão descrentes com o trabalho de combate à criminalidade. A origem da desilusão está na constatação de que, mesmo após as denúncias, na prática, pouco – ou nada – melhora em relação à segurança.

Um exemplo é a rotina dos comerciantes na região da Rua Alferes Poli, imediações da Avenida Sete de Setembro. No ano passado, eles denunciaram a presença de moradores de rua que praticavam roubos, pequenos furtos e ameaças à população. Quase um ano depois, a situação só não é a mesma porque piorou. “Eles fazem arrastão e roubam mesmo. Não tem dia calmo”, disse Adalberto Alves de Oliveira, 49 anos, dono de uma loja de roupas. “Só melhorou um pouco quando teve policiamento na região. Mas foi só na época da eleição.”

A opinião é reiterada por outros comerciantes da região, que preferem não ter os nomes revelados. “Em janeiro, tive de lutar com um ladrão que entrou aqui. Chamei a Polícia Militar e estou esperando até hoje”, contou o dono de uma lanchonete. “O pior de tudo é o estresse, temos de ficar ligados o dia todo. Pagamos impostos e ficamos à mercê dos bandidos”, complementa.

Na terça-feira, ao anunciar a prisão dos dois policiais militares envolvidos no flagrante, o secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, disse considerar a região central de Curitiba como uma das mais problemáticas da cidade. “Os

⁵¹ Publicado na edição impressa de 17/07/2007 da Gazeta do Povo.

⁵² Publicado na edição impressa de 25/02/2006 da Gazeta do Povo.

dados do geoprocessamento mostram que a maioria das atividades criminosas ocorre no centro da cidade.”

Com base no levantamento, a Secretaria de Segurança reforçou o efetivo da Polícia Militar na região central. Atualmente são 22 viaturas e 90 policiais, que se revezam. A presença da polícia, no entanto, não é o suficiente, já que na maioria das vezes os criminosos que cometem pequenos delitos são presos pela PM e soltos pela Polícia Civil, devido à falta de provas e de testemunhas.

De volta às ruas, os criminosos continuam a roubar. Ontem à tarde, pelo menos dois estabelecimentos na Rua Pedro Ivo, perto do Terminal Guadalupe, tiveram mercadorias furtadas. “Só hoje (ontem) já sofremos dois furtos. Às vezes o prejuízo chega a 20% do lucro”, afirmou Camila Silva Zamberlan, 19 anos, vendedora de uma loja de roupas.

A situação volta a incomodar também numa região que parecia “esquecida” pelos criminosos. “À noite não dá para andar por aqui”, disse uma cabeleireira que trabalha Rua Saldanha Marinho, perto da Catedral Metropolitana. “Às 19 horas começa a juntar traficantes e ladrões na esquina (bem ao lado da Catedral).”⁵³

24) Caso 24

PROTESTO ACUSA PMS DE CHACINA EM FOZ

Indignação. Foi esse o tom do protesto realizado ontem em Foz do Iguaçu contra o assassinato de quatro jovens na última quinta-feira. O ato, organizado por parentes, amigos, colegas e vizinhos das vítimas, atribuiu a soldados do 14.º Batalhão da Polícia Militar (BPM) a responsabilidade pela chacina. Policiais supostamente teriam agido em resposta à execução de um colega no sábado passado.

Os manifestantes fizeram uma passeata pelas ruas do Porto Belo, na região norte cidade, onde ocorreram os homicídios, tanto dos jovens quanto do soldado. Depois fecharam a principal entrada do bairro por cerca de 20 minutos. Nesse meio tempo, exibiram faixas com acusações aos policiais. Uma delas dizia: “4 amigos mortos brutalmente pelos assassinos da PM”.

Após o bloqueio, o grupo seguiu em cortejo para o sepultamento de dois dos jovens no Cemitério do Jardim São Paulo. “Meu menino era inocente. Ele cursava o primeiro ano do segundo grau, não bebia nem fumava. Queremos justiça”, exigiu Paulo Aparecido dos Santos, 40, pai de Jéferson Aparecido dos Santos, 17 anos.

Além do adolescente, foram assassinados Marcelo Farias Silva, 18 anos, Maurício Farias Silva, 24, e Ilson Gonçalves Araújo, 20. Eles estavam na residência dos irmãos Farias quando foram atingidos por tiros disparados por um bando encapuzado. Já o policial Evandro Carlos Paloschi, 33, foi executado ao voltar a pé para casa.

O comandante do 14.º BPM, tenente-coronel Honório Simeão Carneiro, afirmou que a investigação está sob responsabilidade da Polícia Civil, e que até agora não existem indícios de policiais ligados à chacina dos quatro jovens.

O delegado do Setor de Homicídios da 6.ª Subdivisão Policial (SDP), Renato Coelho de Jesus, também disse que “até o momento não há ligação entre os casos. Por enquanto estamos investigando”⁵⁴.

F. Notícia do Jornal Tribuna do Paraná

1) Caso 01

Roubo de um veículo na cidade de Mafra, no vizinho Estado de Santa Catarina. A manchete estampada na capa do jornal no dia seguinte, em letras capitais, dizia: “BANDIDO FARDADO”, embora o policial militar tivesse cometido o delito à paisana.⁵⁵

⁵³ Publicado na edição impressa de 10/08/2006 da Gazeta do Povo.

⁵⁴ Publicado na edição impressa de 07/10/2006 da Gazeta do Povo.

⁵⁵ Publicado na edição impressa de 07/08/2007 da Tribuna do Paraná.

G. Resposta da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

1. A assertiva, na verdade, encerra tese jurídica cujo respaldo judicial não se tem notícia no âmbito desta PGE. A questão do dano moral é relativamente complexa, havendo vários doutrinadores que negam à pessoa jurídica a possibilidade de lesão moral indenizável. E, mesmo entre aqueles que a reputam possível, há a precaução em apontar que a indenização somente é viável caso a lesão "moral" acarrete à pessoa jurídica prejuízos financeiros, dado que não possui aquela honra subjetiva, mas apenas objetiva (na medida em que não possui, *per si*, sentimentos inerentes à condição humana como dor, alegria e sofrimento). Neste particular vê-se maior dificuldade, ainda no reconhecimento de dano moral ao Estado diante da total dificuldade em se identificar perda financeira decorrente de agressão moral, dado que tal ente não exerce, de forma típica, atividade comercial. Além disto, ainda que imaginável em tese o dano moral, a Polícia Militar não detém, em princípio, personalidade jurídica apta a pleitear em Juízo tal reparação, inserida que está no corpo do Estado.
2. Predicada a resposta pelo contido no item 01. Apenas como esclarecimento, toda ação judicial tem custos, pelo que a apresentação de demanda temerária implicaria, num juízo vestibular, em se assumir o risco desnecessário de condenação em custas e honorários judiciais, não havendo, em contrapartida, substrato sólido a amparar a tese defendida.
3. Não há registro específico de tais dados na Procuradoria Geral do Estado, Sugere-se pesquisa junto ao Tribunal de Justiça.
4. Via de regra são propostas ações repressivas contra os agentes causadores dos danos.
5. Em alguns casos não se vislumbra responsabilidade subjetiva do agente apta a fundamentar ação de regresso.